

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZA-
DA EM VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS
MIL E SEIS**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Segunda Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **UM – Discussão e aprovação da Acta da Sessão de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e seis;** -----

----- **DOIS - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara** sobre a Actividade e a Situação Financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos quinquagésimo terceiro, número um, alínea e) e sexagésimo oitavo número quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- **TRÊS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Aprovar a autorização da Câmara Municipal, nos termos da proposta, a delegar competências nas Juntas de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco – A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- **QUATRO – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL:**-----

----- a) Discussão e aprovação da Proposta da Câmara Municipal de Recuperação de imóveis antigos na Zona Histórica da Cidade.-----

----- b) Discussão e aprovação da Proposta da Câmara Municipal de Desburocratização na área da Gestão Urbanística.-----

----- **CINCO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** – Nos termos do número dois do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- **CINCO . UM – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Relatório de Actividades e Contas de Gerência da Câmara Municipal de Águeda** relativo ao ano financeiro de dois mil e cinco.-----

----- **CINCO . DOIS – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Relatório de Actividades e Contas de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento** relativo ao ano financeiro de dois mil e cinco.-----

----- **CINCO . TRÊS – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação.**-----

----- **SEIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – DOIS MIL E SEIS**, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- **SEIS . UM – Discussão e Aprovação da Proposta da Câmara Municipal quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Águeda** relativo ao ano financeiro de dois mil e seis.-----

----- **SEIS . DOIS – Discussão e Aprovação da Proposta da Câmara Municipal quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento** relativo ao ano financeiro de dois mil e seis.-----

----- **SETE – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na Câmara Municipal**, com as necessárias alterações na estrutura orgânica e no quadro de pessoal.-----

----- A Sessão foi presidida pelo Senhor **PAULO MANUEL MATOS SOARES**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada pelos Senhores **JOSÉ AMÉRICO ABRANTES DE ANDRADE e DANIELA CARINA ALVES MENDES** .-----

----- Eram vinte e uma horas quando foi declarada aberta a Sessão, tendo o Senhor Presidente da Mesa cumprimentado os Senhores Membros da Assembleia, do Executivo e público presente.-----

----- Feita a chamada, verificaram-se as presenças dos Senhores Membros PAULO

MANUEL MATOS SOARES, JOSÉ AMÉRICO ABRANTES DE ANDRADE, DANIELA CARINA ALVES MENDES, JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO, CARLOS ALBERTO BAPTISTA GUERRA, MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA, FILIPE JOAQUIM PINHO DIAS DA SILVA, HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS, NUNO RICARDO MARTINS FIGUEIREDO NUNES, ALBERTO JOSÉ FERNANDES MARQUES, JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL, PAULA CRISTINA PICADO VAZ FRANCO, ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS, ABÍLIO FERREIRA GOMES DA SILVA, JOANA CLARA COSME ARRUDA MARTINS, VICTOR MANUEL MENDES FERREIRA, CARLOS ALBERTO INÁCIO, CARLA ELIANA DA COSTA TAVARES, LUÍS FILIPE TONDELA FALCÃO, ANTÓNIO FARIAS DOS SANTOS, PAULO NUNO DE ALMEIDA ALVES, JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA, FRANCISCO ROGÉRIO MARTINHO ESTRELA, WILSON JOSÉ DE OLIVEIRA DIAS GAIO, VASCO MIGUEL RODRIGUES OLIVEIRA, JORGE DA SILVA MENDES, VICTOR MANUEL ABRANTES DA SILVA, MANUEL DE ALMEIDA CAMPOS, AMÍLCAR DE LEMOS DIAS, ALCIDES DE JESUS, FERNANDO JORGE FERRÃO, MÁRIO DIAS COSTA, FERNANDO TAVARES PIRES, DÁRCIO SIMÕES TAVARES, VICTOR RODRIGUES TAVARES, MANUEL DE OLIVEIRA DUARTE, MÁRIO RAMOS MARTINS e CARLOS ALBERTO CARNEIRO PEREIRA.-----

----- Verificou-se a ausência dos Senhores Membros CRISTINA MARIA DE SEABRA ROQUE DA CUNHA, JOSÉ ANTÓNIO PARADA FIGUEIRA, CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA.-----

----- O Executivo encontrava-se representado pelo seu Presidente GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA e pelos Senhores Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES ALMEIDA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, CARLOS FILIPE CORREIA DE ALMEIDA, MARIA PAULA DA GRAÇA CARDOSO e ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA TONDELA.-----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor Secretário da Mesa leu a seguinte correspondência recebida:-----

----- Da **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACINHATA DO VOUGA**:-----

----- “Sou pela presente a informar Vossa Excelência que não irei estar presente na próxima Sessão do dia vinte e oito de Abril de dois mil e seis por motivos de licença

de parto.-----

----- Por conseguinte, far-me-ei representar pelo Secretário desta Junta, Mário Dias Costa.”-----

----- De **JOSÉ ANTÓNIO PARADA FIGUEIRA**:-----

----- “Venho pela presente informar Vossa Excelência de que motivos de natureza pessoal não é possível a minha presença na Assembleia Municipal de hoje, vinte e oito de Abril de dois mil e seis.”-----

----- De **CRISTINA MARIA DE SEABRA ROQUE DA CUNHA**:-----

----- “Venho pela presente informar Vossa Excelência que por motivos de ordem pessoal e profissional é me impossível estar presente, na segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda marcada para o próximo dia vinte e oito de Abril de dois mil e seis.”-----

----- De **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TROFA**:-----

----- “Por já haver ter sido marcada uma Assembleia de Freguesia para o dia vinte e oito de Abril, venho, por este meio, comunicar que não vou poder comparecer na Assembleia Municipal marcada para essa data.”-----

----- Grato pela atenção, e estando disponível para quaisquer esclarecimentos adicionais que entendam necessários, subscrevemo-nos com amizade e estima.”-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- Neste Período Antes da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções:-

----- Senhor Membro **FRANCISCO ROGÉRIO MARTINHO ESTRELA**:-----

----- “Todos nós sabemos das dificuldades económicas que o País atravessa. Muito gostaria que as Freguesias fossem excepção. Contudo, não podemos baixar os braços e deixar correr o tempo para além do orçamento à vida. Nesse sentido, quero comunicar a esta Assembleia que juntamos algumas iniciativas a que nos propusemos ao longo deste ano numa só, a que chamamos “*Semana Cultural de Águeda*”, que decorrerá de amanhã até ao próximo dia sete de Maio.”-----

----- Saliento da programação a realização da FESTUNAG, a Feira do Livro, a actuação de grupos das nossas Associações e Instituições, a descida do rio e a mais valia que, eu considero, uma exposição relativa ao espólio de António Feliciano de Castilho, que nos foi cedida pelo nosso conterrâneo Comendador José da Silva Henriques, nascido no Sardão e a residir em Lisboa.”-----

----- António Feliciano de Castilho, poeta, escritor e pedagogo refugiou-se em

Castanheira do Vouga aquando da Resolução Miguelista, em casa de um seu irmão durante um período de oito anos e ali escreveu algumas das suas obras. O seu bicentenário foi comemorado na Freguesia de Castanheira do Vouga. -----

----- É chegada a hora de a Cidade de Águeda prestar Homenagem a António Feliciano de Castilho com a exposição que está patente no Salão Nobre da Freguesia de Águeda.-----

----- Aproveito a oportunidade para renovar o convite a todos os Membros desta Assembleia e ao público em geral.”-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS:** -----

----- “Venho hoje fazer uma intervenção sobre uma questão de que se vem falando nos últimos tempos, concretamente sobre a ERSUC e fazer duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, que tem obviamente a ver com a realização do Europeu Sub Vinte e Um em Águeda. A primeira pergunta é exactamente esta: Eu gostava de saber, se fosse possível, porque razão é que o Estádio Municipal de Águeda está entregue à UEFA desde um de Abril, ou porque razão é que desde um de Abril o Recreio não pode jogar no Estádio Municipal, quando nos outros Estádios a nível nacional, que vão participar no Euro, todas as suas equipas continuam a jogar os seus jogos em casa? Não sei se há alguma razão obrigatória para isso, espero que o Senhor Presidente me esclareça, até porque me têm perguntado várias vezes e não sei esclarecer, porque é que nós temos que ter um comportamento diferente de todos os outros Municípios?-----

----- A segunda pergunta, já lha fiz aqui há uns tempos e disse-me que mais à frente me responderia, tem a ver com o orçamento previsto para as obras no Estádio Municipal para a realização deste Europeu de Sub Vinte e Um.-----

----- Gostava que, se fosse possível, me desse uma indicação de quais serão os custos que têm a ver com o próprio Estádio e quais serão os custos que têm a ver com as zonas envolventes ao próprio Estádio. Acho que devem ser separadas para não originarem aquelas confusões que surgiram no passado, quando se disse que o Estádio custou um milhão e meio de contos, quando na verdade custou oitocentos mil contos.-----

----- A terceira situação, é exactamente sobre a questão da ERSUC.-----

----- Nos últimos tempos, fomos assolados com as notícias de que estaria prestes a decidir-se pela instalação de uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico no

Concelho de Águeda. Como sabem, o Partido Social Democrata tem acompanhado esta situação, já neste mandato estivemos presentes, em conjunto com os nossos Vereadores, numa entrevista com o Doutor Alberto Santos, administrador da ERSUC, estivemos presentes com a Associação Industrial de Águeda. Levantavam-se questões muito importantes sobre os Resíduos Sólidos Urbanos e os RIB's, em que as empresas de Águeda começaram a ter os seus custos demasiadamente elevados no tratamento dos mesmos, pois o aterro da Tabueira deixou de receber os RIB's.-----

----- Sei que o Senhor Presidente da Câmara também acompanhou esta situação, também fez as suas próprias demarches, é uma situação que nos tem preocupado.----

----- Já nessa altura, efectivamente, ficámos com a consciência de que o mesmo problema seria posto rapidamente ao próprio Município, porque uma coisa são os RIB's outra coisa são os Resíduos Sólidos Urbanos e se os RIB's estavam proibidos de ser depositados na Tabueira, tiveram que se procurar alternativas, com custos de transporte enormíssimos, aumentando os custos para as empresas em três e quatro vezes. Mais à frente sabíamos que o aterro da Tabueira estaria a ficar completamente esgotado e que no espaço de dois anos tinham que se encontrar alternativas.-----

----- Toda a gente se recordará concerteza que este assunto foi discutido algum tempo e que se propôs, estávamos nos anteriores Governos, uma unidade de incineração.-----

----- Toda a gente se recordará concerteza, que este assunto foi transversal nesta Assembleia Municipal e que se decidiu votar contra esta incineração, em que o Município de Águeda, através do seu representante na ERSUC, votou contra esta unidade, porque na altura o estudo que nos apresentavam era um estudo elaborado de forma a que o Concelho de Águeda fosse previamente indicado. O estudo continha bastantes defeitos, as regras do jogo, do nosso ponto de vista, estavam viciadas. Não nos indicavam claramente o local, haviam nove ou doze locais, mas dos quais as zonas para onde mais apontavam era a Zona Industrial de Vale do Grou, que poderia cobrir desde Barrô até aos próprios Barreiros em Aguada de Cima.-----

----- Toda a gente se recordará, concerteza, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Cima, que na altura defendeu que, pior de que tudo, era manter os Barreiros como estavam, porque eram um problema ambiental gravíssimo e que a instalação dessa unidade em Aguada de Cima poderia ajudar a fazer a recuperação dos próprios Barreiros.-----

----- Hoje em dia, somos confrontados com algumas notícias, e até com algumas entrevistas, quer do Vice-Presidente Jorge Almeida, quer do Senhor Presidente da Câmara, em que nos dão conta de que, eventualmente, esta unidade poderá vir a ser instalada no Concelho de Águeda, estando a falar, obviamente, não de uma incineradora, mas de uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, que é um processo completamente diferente.-----

----- Para as pessoas que acompanham menos este processo, posso dizer que na altura as próprias Associações ambientais defendiam mais este processo do que o outro processo.-----

----- Penso que esta é uma matéria muito importante para o nosso Município, não devemos fazer política nesta área, recusando liminarmente, e de olhos cegos, a discussão deste processo. Penso precisamente que temos que abrir a discussão publicamente, mas temos que ser claros e temos que pedir ao nosso Governo que seja claro connosco nas regras deste jogo.-----

----- Penso que seria interessante, Senhor Presidente, que nos fosse apresentado, não só um estudo desta unidade, mas também um estudo comparativo entre as vantagens e as desvantagens, entre o que é uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e o que é uma Unidade de Incineração. Saber o que é que nós ganhamos e o que é que nós perdemos com as duas unidades. Custa-me acreditar que, passados seis meses ou um ano de todos os Municípios presentes na ERSUC votarem favoravelmente uma unidade de incineração, só com o voto contra da Câmara Municipal de Águeda, hoje todos estejam dispostos a mudar todo o processo e a decidir pela Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, sem mais nem menos, sem haver um estudo comparativo.-----

----- Parece-me que os municípios têm que se respeitar a si próprios e têm que exigir isto de quem este estudo, para que nós possamos vir a ser elucidados. Estaremos a falar, por aquilo que me deu a perceber em algumas notícias que vou lendo, duma área envolvente de cerca de um milhão de pessoas, que produzirão cerca de trezentos e sessenta a quatrocentos mil toneladas de lixo por ano.-----

----- Um projecto de um estudo, a que eu já tive acesso, refere-se que o mesmo indicará duas possibilidades, um ou dois locais nesta área, aonde estaremos a falar de trezentos e sessenta mil toneladas por ano, concretamente nesse estudo.-----

----- Não sei se, efectivamente, cada camião de transferência de resíduos leva

vinte e quatro toneladas ou se leva doze, não tenho essa noção de peso específico, o que poderei dizer é que estaremos a falar numa ordem entre cinquenta e sete camiões por dia; se forem vinte e quatro toneladas a cento e vinte camiões por dia se foram doze toneladas de camiões a transportar lixo nas nossas estradas.-----

----- Também não sei se neste estudo foi tido em conta, parece-me que não, uma possível integração do Município da Feira. Recordo-me, na altura, que havia um processo já aprovado pelo Governo em que a Feira poderia vir a integrar todo o Grupo de Municípios pertencentes à ERSUC e havia um estudo para a possibilidade de Gaia, mas penso que isso estaria mais afastado.-----

----- O caso da Feira, tenho algumas dúvidas sobre essa matéria, o Senhor Presidente faz-me sinal com a mão de que já foi afastado isso e sobre essa matéria estaremos concerta esclarecidos.-----

----- Estaremos a falar de uma ou duas estações de tratamento, estaremos a falar de custos que poderão variar num investimento que vai de dois mil e sete a dois mil e nove, de cento e vinte e três milhões de Euros ou cento e trinta e cinco milhões de Euros, consoante tivermos uma ou duas estações de tratamento. Se tivermos duas estações de tratamento, provavelmente os centros poderão deslocar-se, se tivermos só uma, conforme consulta em todos os estudos apresentados, que diz respeito ao conjunto de municípios abrangentes, o centro é o Concelho de Águeda e, provavelmente, a freguesia de Aguada de Cima, que é a zona para onde mais se apontam todos os estudos.-----

----- Segundo sei, são apresentados vários modelos para esta estação, um deles, é a estação de Leipzig, que será aquela mais recente, mas que também nos é apresentada no próprio estudo. Esta estação tem uma capacidade de tratamento de trezentos mil toneladas, estaremos a falar, neste caso, de quatrocentos mil toneladas, de qualquer coisa como mais vinte e cinco por cento a trinta por cento mais do que a Estação de Leipzig na Alemanha.-----

----- Eu penso que, além de um estudo económico, é preciso fazer um estudo de impacto social nas populações. Nós não podemos decidir estas matérias simplesmente porque é mais barato, se a cinco euros ou dez euros a tonelada. É preciso que nós percebamos que estamos a lidar com pessoas e com populações. Portanto, é fundamental que se faça uma análise de impacto social de aceitação de um processo deste tipo e que se faça também, obviamente, e que se tenha uma

noção do estudo de impacto ambiental, que terá que ser obrigatoriamente executado.-

----- Eu penso que para que as regras do jogo estejam claras, uma condição que o Município tem que exigir, são as contrapartidas e têm que haver contrapartidas a dois níveis, contrapartidas do Estado e contrapartidas da ERSUC. Como vocês sabem, a ERSUC é detida maioritariamente pelo Estado. Como nós sabemos a obrigação de tratamento dos nossos resíduos pertence ao Município, mas nós pagamos impostos ao Estado para que o Estado trabalhe nesta matéria.-----

----- Eu penso que é fundamental que sejam garantidas estas contrapartidas e que seja garantida, logo para começar, uma que é fundamental, que é as vias de acesso.-

----- Em situação alguma nós podemos aceitar que as vias de acesso a estes tipos de transportes, passem nos centros das freguesias, das aldeias ou do que quer que seja.-----

----- Outras contrapartidas teremos que ter também ao nível da ERSUC, não nos podemos esquecer que temos que fazer aqui um debate público sobre esta matéria. As pessoas têm que perceber que mais à frente ou mais atrás vão começar a pagar uma taxa de resíduos sólidos. Não pagamos no nosso Município, mas isto vai acontecer. Não há milagres nenhuns nesta matéria e vamos ter que perceber todos nós, que se tivermos uma estação em Águeda, vamos ter que pagar X pelo transporte, se estiver em Oliveira de Azeméis pagamos muito mais pelo transporte e aí o Município tem que dizer às populações, se quiserem recusar ou se quiserem apoiar, qual a diferença que cada família vai pagar mais no final de cada mês no seu orçamento familiar.-----

----- Eu penso que se assim for, estarão lançados os pilares para um debate público e construtivo, não andemos com coisas escondidas, porque sempre que tentamos esconder dados às populações, elas irritam-se e bloqueiam os processos. Não estou a dizer que devemos defender isto aqui, eu não diria que, por termos cem postos de trabalho ou cento e cinquenta, segundo refere o estudo, que é importante que isto venha para o nosso Município. Precisamos, provavelmente, de outro tipo de indústrias, de outro tipo de empresas, mas esta situação é também, obviamente, um factor interessante, mas não é para mim de forma nenhuma definitivo.-----

----- E penso que devemos garantir nestes estudos que vamos fazer, três situações, porque já no primeiro estudo este foi inquinado por haver apenas uma situação. Temos trinta e seis municípios e vamos ver qual é o município que fica mais

centralizado em função da quantidade de resíduos que são produzidos, para fazer o transporte dos resíduos e haver um menor custo de transporte.-----

----- Mas, o que acontece nisto é que os Municípios têm que saber que, se a estação de tratamento estiver em Águeda, Aveiro paga um preço, Oliveira de Azeméis paga outro, se ela estiver em Oliveira de Azeméis, Águeda paga um preço e Aveiro paga outro.-----

----- Nós não devemos dizer que por Águeda ser o sítio mais central e aquele que teoricamente produz mais resíduos que tenha que ficar cá com a estação de tratamento. Os municípios podem optar, como as empresas, por levar mais longe os seus próprios resíduos. Portanto, o estudo tem que ter o local e o custo do local, tem que estar separado do processo de exploração da própria estação de transformação.-

----- Nós temos que ter um estudo em que nos diga quanto nos custa o investimento para uma estação, quanto nos custa transformar os mesmos resíduos. E temos que ter em contra quanto é que vai custar o investimento se for na Vila da Feira, e quanto é que vai custar o investimento se for em Águeda, e em Aveiro e quanto é que custam os transportes nesta matéria.-----

----- Penso que depois, em função do local e do custo de transporte, os municípios vão ter que tomar uma decisão, se também querem e perante as contrapartidas, porque podem haver outros municípios que queiram esta Estação, mediante as contrapartidas que o Estado lhes possa oferecer e mediante as contrapartidas que a ERSUC lhes possa oferecer.-----

----- Eu penso que os Municípios que tenham efectivamente esta Estação, terão que ter outras contrapartidas da ERSUC. Não sei se terão que entrar no investimento do capital social para esta unidade, não sei se terão que ter custos de produção mais baixos, porque eles têm que saber ganhar também, nós não podemos apanhar tudo o que os outros não querem. Nós já cá temos a ECTRI, já demos uma imagem a Portugal da nossa sensibilidade para esta matéria. Agora vamos ter cá uma estação de tratamento, eventualmente, para trinta e seis Municípios. Não recusamos liminarmente, mas também temos que dizer claramente que para isso tem que haver contrapartidas e tem que estar aberta a todas as pessoas.-----

----- Neste sentido, proponho que seja criada, Senhor Presidente, uma Comissão conjunta entre o Executivo, a Assembleia Municipal e as possíveis Juntas de Freguesia que venham a ser afectadas nesta matéria, coordenada sempre pela

Câmara Municipal de Águeda, para fazerem toda a análise deste processo.-----

----- Penso que é a melhor forma que nós temos de olharmos de frente para este problema. Não sei se o iremos conseguir ou não, mas temos que ter uma posição construtiva nisto e se me opus quando vim aqui, várias vezes, até a nossa oposição a vetar liminarmente a qualquer processo de incineração, digo, da mesma maneira, mantenho sempre o mesmo princípio. Vamos discutir publicamente, estamos a abrir discussão, o Senhor Presidente terá que ser o nosso defensor nessa matéria. Mas, vamos pôr as regras todas, que não andemos cá com contrapartidas debaixo da mesa, com centros de saúde, com escolas primárias ou com campos de aviação, porque com isso não vamos rigorosamente a lado nenhum, contrapartidas em cima da mesa, à frente dos Municípios todos, com o compromisso do Estado, porque o Estado tem esta obrigação.”-----

----- Senhor Membro **ANTÓNIO FARIAS DOS SANTOS**:-----

----- “Algum tempo atrás eu vim aqui ao mesmo local pedir a esta Assembleia que me aprovasse a utilidade pública para a construção do heliporto em Agadão.-----

----- Hoje estou aqui a dizer que, felizmente, temos quase toda a documentação pronta. Temos o parecer da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, do Comando e da Direcção dos Bombeiros de Águeda, do Serviço Nacional de Bombeiros, do Governador Civil e do Instituto Nacional da Aviação Civil.-----

----- Por isso, a Câmara Municipal está simplesmente a concluir todo o processo, que pensamos conseguir dentro de poucos dias, para que as obras possam arrancar.-

----- Felizmente, estou muito satisfeito, porque valeu a pena nós apostarmos nisso.-----

----- No entanto, não é só nisto que eu venho falar sobre os incêndios. Como sabem, nós estamos a aproximar-mo-nos da época dos incêndios, que já é a altura, e não há nada que me deixe tão preocupado como os incêndios, porque sou de uma freguesia serrana, nasci, fui criado lá e habituado a lidar com esse flagelo, desde pequeno, tinha sete anos, quando em mil novecentos e cinquenta e cinco, a treze de Setembro, surgiu o maior incêndio de então, que queimou a freguesia praticamente toda. Daí para cá, foi sempre uma constante.-----

----- Nós temos apostado seriamente na defesa da floresta em Agadão, em infraestruturas mas, por vezes, deixa-me a pensar se valeu a pena, porque por certas coisas que se passam que nós ouvimos nas notícias, nos jornais, publicamente de

porta a porta ou num simples café, deixa-nos a pensar se todo este esforço que a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e as entidades responsáveis por isso, se valeu a pena apostar nisso, se valeu a pena e eu vou dizer porquê, porque Agadão em dois mil tentou impor um sistema de bombeio de água para a sede da Freguesia, alguém não aceitou e a Junta pagava mil e duzentos contos na altura, ninguém aceitou.-----

----- Temos um projecto aprovado no Ministério do Ambiente, em Coimbra, para a construção de dezoito represas no rio de Agadão, com bons acessos, para que os Bombeiros possam ter acesso à água. Construímos a primeira, alguém se encarregou de não deixar construir as outras.-----

----- Temos que fazer um sistema de bombeio no lugar da Povinha, onde já temos a linha eléctrica para isso, o sistema de bombeio para a estrada municipal seiscentos e dez, tentaram a todo o custo bloqueá-la.-----

----- Quisemos fazer um caminho que do alto da Salgueira ao lugar da Lousa que ficaria com catorze quilómetros de comprimento, tínhamos os acordos feitos com a Celbi e com a Portucel, arrancamos com o caminho, com financiamento garantido, andou cerca de mil e duzentos metros e parou, porque alguém o fez parar. Enfim, uma série de coisas assim.-----

----- Esse alguém, hoje, provavelmente, tem responsabilidades que lhe deram sobre a protecção dos incêndios. Há um dito nas aldeias que diz assim: *“Quem faz um cesto faz um cento se lhe derem verga e tempo”*.-----

----- Se essas pessoas tiveram a coragem de proibir ou tentarem a todo o custo que essas infraestruturas não fossem feitas, o que é que irão fazer hoje?-----

----- Eu estou a dizer isto com muita mágoa, mágoa porque as freguesias serranas, quanto a mim, eu falo por mim, mas penso que os meus colegas estão de acordo comigo, estamos a ser traídos com a protecção dos incêndios.-----

----- E não vale a pena irem para jornais, não vale a pena virem para aqui e dizerem que fazem não sei o quê, reuniões para aqui e para acolá, para mim, desculpem o termo mas isso é só uma fantochada, oxalá que não tenhamos a repetição de mil novecentos e oitenta e seis, de dois mil e cinco, ali em Mortágua com os sapadores de Coimbra, em mil novecentos e noventa e cinco, íamos morrendo catorze em Alcafaz, se não fosse os helicópteros da Celbi, que nos abriram o caminho para nós conseguirmos passar com água, estávamos lá catorze, onde eu estava

incluído, também, oxalá que amanhã nós não estejamos aqui nesta sala ou noutra a chorar aqueles que nos possam faltar.”-----

----- Senhor Membro **JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO**:-----

----- “Quero partilhar, em primeiro lugar, esta preocupação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Agadão, também, pessoalmente e por outras funções que tenho, preocupa-me muito com o que possa acontecer no Verão. Partilho as preocupações dele e chamo a atenção do Senhor Presidente da Defesa Civil responsável, que é o Senhor Presidente da Câmara, para estar atento a todas estas situações que é preciso prevenir realmente, mais vale prevenir que remediar.-----

----- Em relação ao Senhor Engenheiro Hilário, também partilho e felicito-o pela intervenção que aqui teve, foi uma intervenção profunda, bem estudada e que está em sintonia nomeadamente com o Partido Socialista, parece que vamos trabalhar, desta vez, lado a lado, ombro a ombro, porque partilhamos e defendemos quase “epis verbes” tudo o que o Engenheiro Hilário aqui propôs ou sugeriu em nome do Partido Social Democrata.-----

----- Queria também fazer uma pequena referência às comemorações do Vinte e Cinco de Abril deste ano, que correram bem, em que houve a preocupação da Câmara Municipal de tornar as comemorações numa festa.-----

----- Vim aqui fundamentalmente para fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente do Executivo, na medida em que nos documentos que me foram entregues não vinha explicitamente, tão clara como eu desejava, a resposta a estas questões.-----

----- Gostaria de ser informado sobre a despesa mensal que a Câmara Municipal suporta para a manutenção do Estádio Municipal e qual o montante do investimento nos últimos arranjos para a realização do Campeonato Europeu de Futebol de Sub Vinte e Um, tal como a preocupação do Engenheiro Hilário, mas também quanto é que se gasta mensalmente. Ouvi falar em mil, em dois mil contos por mês, são verbas que devemos também ponderar em conjunto.-----

----- Qual a situação da cantina da Câmara Municipal? Queria saber se a sua gestão é rentável, quem a pode frequentar e se o Executivo pensa entregar a exploração da cantina a uma empresa privada e onde pensa integrar, nesse caso, os actuais funcionários.-----

----- Queria também saber, qual é o ponto da situação sobre as negociações para a

resolução e demolição da casa do Senhor Manuel Marques, junto à capela do São Sebastião, na Venda Nova.-----

----- Qual o ponto da situação, sobre as negociações para reabertura da estrada Ribeirinha, junto ao Centro de Canoagem, uma estrada construída pela Câmara Municipal, que neste momento está interdita à circulação de veículos. Parece-me uma afronta à cidadania das pessoas.-----

----- Também gostaria de saber qual é o estatuto do Hospital de Águeda na carta Hospitalar do País; se é para reduzir valências, se é para reduzir o tempo de abertura das urgências, se é para fechar.-----

----- Também queria saber qual é o futuro da linha do Vale do Vouga, pensa-se adaptá-la a metro de superfície ou pensa-se encerrá-la.-----

----- Também gostaria de saber o ponto de situação da ligação rodoviária Águeda / Aveiro.-----

----- Também queria saber mais dados concretos sobre a ampliação ou a nova construção do edifício para o Tribunal.-----

----- Queria finalmente saber se o Retail Park, nova superfície comercial, anunciada em tempos para Águeda sempre vai ser instalada nas instalações da antiga Famel.”---

----- Senhor Membro **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS**:-----

----- “Eu tenho apenas duas coisas muito rápidas para falar. Uma é telegráfica, é uma lembrança ao Senhor Presidente da Câmara, no seguimento do pedido que já lhe terá feito o Presidente da Junta de Freguesia de Barrô, que é a estrada que liga Barrô a Paradela que está em condições extremamente deficitárias, se passar um carro normal que meta uma das rodas nos buracos do saneamento que se foi abaixo, de certeza que vai bater com o carácter e, como o Senhor Presidente sabe, a responsabilidade por esse tipo de situação é da Câmara Municipal. É uma coisa que custa pouco dinheiro, é mais uma questão de preocupação e pedia-lhe, no reforço daquilo que o Senhor Presidente da Junta já terá concertado pedido, que analise a situação e resolva o problema rapidamente.-----

----- A segunda situação, tem a ver com aquilo que já aqui foi falado no dia Vinte e Cinco de Abril, que é uma preocupação do Partido Popular, e que tem a ver com a segurança.-----

----- Aqui há alguns tempos, como os Senhores se devem recordar, houve um assalto ao Mercante. Na altura tudo se diz, tudo se ouve, tudo se fala e eu presumo

ter ouvido alguns comentários caricatos à actuação da Guarda Nacional Republicana e queria lembrar-lhe aqui, Senhor Presidente, que aquilo que eu ouvi é que o assalto foi perpetrado por cerca de doze indivíduos, extremamente armados e que, quando foi possível, as forças de ordem foram chamadas, e que ficaram de algum modo à distância e eu, se calhar, também teria ficado e que, não sei se este caricato da situação já é brincar ou não, as forças da ordem, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, teria uma pequena quantidade de munições para ir fazer face à situação.-----

----- Já aqui no dia Vinte e Cinco de Abril dissemos que a Segurança é uma coisa que nos deve preocupar a todos e não devemos brincar, nem deixar que se brinque, nem que se faça chacota das forças de segurança. Eu não sei se isso é verdade, mas com as notícias constantes que nos assaltam todos os dias na comunicação social, se calhar até é capaz de ser, se calhar a Guarda Nacional Republicana de Águeda até tem alguma falta de meios, as pessoas são humanas como nós somos, têm filhos, têm mulheres, têm pais ao encargo e portanto ir enfrentar um grupo particularmente bem armado.... eu se calhar também teria ficado à distancia a ver o que a coisa dava. Mas eu pedia-lhe, Senhor Presidente, que contacte o Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana e verifique se de facto isto é verdade se ou é mentira, se as pessoas que nos defendem que defendem a segurança das nossas vidas e dos nossos bens, se vão em defesa delas próprias enfrentar bandos de larápios, gatunos e assassinos, da forma que eu ouvi dizer que estas tinham ido. Se foi estratégia de segurança, enfim ainda podemos admitir e aceitar, porque todos somos humanos. Se foi por falta de meios, Senhor Presidente, se foi de facto por causa da pequena quantidade de munições eu sugeria-lhe que se pedisse aqui aos Membros da Assembleia que abdicamos de uma senha de presença, creio que cada Assembleia destas custará cerca de quatro mil euros, não faço ideia se quatro mil euros dá para comprar muitas munições, mas abdicamos de uma senha de presença para ajudar a que as nossas forças da autoridade andem mais seguras, se preocupem mais connosco e tenham algum poder de fogo para responder àqueles que ilegalmente também o têm.-----

----- Pedia-lhe Senhor Presidente que quanto possível contacte o Senhor Comandante e que me faça saber ao Grupo Municipal do Centro Democrata Social os resultados dessa *demarche*.-----

----- Senhor Membro **JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA**:-----

----- “Queria apenas apresentar duas questões, ao Senhor Presidente da Câmara: A primeira tem a ver com o pedido que foi efectuado para que houvesse uma intervenção numa estrada do Cadaval, que é a estrada principal do Cadaval e no centro do Cadaval. Neste momento é completamente impossível transitar nessa estrada, pelo que a realização desta obra se torna urgente.-----

----- A segunda tem a ver com o Tribunal de Águeda, quero dizer ao Senhor Presidente que li na comunicação social, e, como não acreditei, quero confirmar aqui:-

----- Gostaria de saber se o Senhor Presidente é a favor da ampliação do Tribunal ou se prefere a construção de um Tribunal novo?”-----

----- Não havendo mais intervenções neste período de Antes da Ordem do Dia, o **Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões que lhe foram postas nos seguintes termos:-----

----- “Se me permitissem, e porque o assunto que demorará mais tempo é sobre um dos primeiros colocados pelo Membro da Assembleia Engenheiro Hilário Santos sobre a ERSUC, eu deixaria, este assunto, mais para o fim e começaria no sentido inverso das questões que me foram colocadas.-----

----- **Tribunal** – Eu acho que nós temos andado aqui a adiar muito esse problema. Queremos um Tribunal novo, já falamos disso há não sei quantos anos.-----

----- Eu, sinceramente, quero ter uma posição pragmática. Quero servir melhor a população do Concelho, que tenha propostas para ela. Se o caminho for a ampliação, vamos para a ampliação, aquilo que cabe à Câmara é criar condições para essa ampliação, estamos disponíveis para isso. Fizemos um levantamento topográfico dos terrenos anexos para ceder ao Ministério para, de uma vez por todas, ser tomada uma decisão.-----

----- Eles têm lá um terreno que também servirá para a Autarquia fazer outras coisas, desenvolver o Concelho, e, por isso, nós queremos é uma decisão, queremos que vá para a frente.-----

----- **Estrada do Cadaval** – Temos conhecimento que foi apresentado um pedido de intervenção mas não estava na vossa lista de prioridades. Vamos tentar ver o que se pode fazer. Já nos chegou ao conhecimento que a estrada está num estado lastimoso.-----

----- Quanto ao Senhor Membro da Assembleia António Martins – Aquilo que eu

ouvi a respeito do assalto ao Mercante é que foi um assalto com invulgar violência e agressividade. É natural que a Guarda Nacional Republicana não fosse preparada para encontrar aquele cenário. Felizmente, e espero que não volte a acontecer não é natural que isso aconteça entre nós. Isso não invalida que eu fale com o Comandante das forças que estão em Águeda, no sentido de saber se têm meios ou não e fazer as *demarches* necessárias para que a Guarda Nacional Republicana fique equipada para poder responder aquele tipo de assaltos. Agora, pelo que eu ouvi dizer, foi de rara violência no nosso Concelho.”-----

----- **Ligação Paradela / Barrô** – É um problema que nós temos coma empresa de saneamento, em vários sítios deste Concelho.-----

----- Estamos a ver se conseguimos resolver, não só lá, mas também noutras Freguesias, inclusivamente, numa outra Freguesia e posso dizer que a própria Guarda Nacional Republicana mandou um camião avançar que se estava a enterrar na vala. Portanto, alguma coisa de anormal se passa. Estão previstas, para a próxima semana, intervenções para ir ao fundo da mala e tirar todos os materiais que lá foram metidos para ver o que se está a passar.-----

----- **Retail Park** – Penso que se mantém a intenção da empresa avançar, teve um parecer negativo da CCDR. Existe um processo, que passou aqui, de aprovação de alteração ao Plano Director Municipal, que poderá dar resposta à criação deste Retail Park, a ter um parecer favorável. Aliás, na sequência daquilo que foi aqui apresentado, nesse pedido de alteração pontual ao Plano Director Municipal, fizemos um levantamento das estruturas comerciais que existem nas diferentes zonas industriais e fica tudo pintalgado de espaços comerciais, porque tem lá muitos. A CCDR decidiu dar um parecer para aquele em como não podia ser uma zona comercial. -----

----- **Ligação Águeda / Aveiro** – Não está esquecido. É um assunto que contrariamente às notícias, não está na carta mas, estamos a fazer algumas *demarches* no sentido de ser uma obra que venha a servir o Concelho.-----

----- **Linha do Vale do Vouga** – Vão fazer grandes reparações nos equipamentos de transporte. Foi posta alguma alteração nos horários, tanto quanto sabemos, é para manter ao nível do que está, não vai diminuir nem vai aumentar. Neste momento, é aquilo que sabemos relativamente a este assunto.-----

----- **Estatuto do Hospital de Águeda** – O Hospital de Águeda não é para fechar

de certeza absoluta, são as garantias que eu tenho.-----

----- **Quanto à negociação com o Senhor Manuel Marques e o Centro de Canoagem** – Com o Senhor Manuel Marques já falamos algumas vezes mas não há grandes evoluções a respeito desse assunto, bem como a respeito do Centro de Canoagem.-----

----- **Cantina** – Pensamos trazer aqui na próxima Assembleia Municipal, uma proposta para concessionar os serviços da cantina e isto prende-se com aquilo que nós entendemos que deve ser a cantina.-----

----- A cantina para nós deve ter como principal objectivo servir as refeições às crianças e aos jovens que frequentam as nossas escolas.-----

----- E nós temos de respeitar padrões de qualidade que, neste momento, não temos e que são obrigatórios que passam, por exemplo, por ter uma dietista, que acompanha a confecção das refeições, por ter covetes individuais para que as refeições cheguem às escolas nas melhores condições etc.-----

----- Portanto, uma série de custos que serão necessários e que pensamos implementar, a exemplos de outras Câmaras e de outras escolas do País. Poderá esse trabalho ser feito com muita qualidade por uma empresa privada e é esse o caminho que iremos trazer e colocar à vossa aprovação na próxima Assembleia Municipal.-----

----- **Despesas com o Estádio Municipal** – Os custos de funcionamento do estádio municipal são cerca de dois mil contos, falando em contos, por mês. Quanto às obras, não tenho os números aqui, mas as obras que foram feitas no estádio são simples obras de manutenção dentro do estádio, não são significativas.-----

----- As obras significativas, que tinham que ser feitas, são nos acessos dos Abadinhos ao Estádio e agora no parque de estacionamento, a sul do estádio, que serve não só o estádio, mas serve também uma unidade hoteleira de elevado nível e que temos que preservar, temos de dar qualidade a quem lá vai, porque é, na minha perspectiva, um ex-libres do Concelho.-----

----- Penso que também respondi ao Engenheiro Hilário Santos, no que se refere às obras e parcialmente só, não tenho os valores aqui, mas são valores que foram feitos de empreitadas, mas acho que no final nós poderemos apresentar as contas todas, porque não haverá problemas a respeito dessa situação.-----

----- Ainda quanto ao estádio, o mesmo não está entregue à UEFA. Aquilo que se

passou é que o estádio tinha bastantes irregularidades. Não sei se estão recordados mas no jogo com Itália houve um jogador português que à frente da baliza, com a baliza quase escancarada, que toda a gente disse que até fazia melhor, chutou por cima da trave. O que é que aconteceu? Estava bastante irregular, a bola bateu, foi para o lado e saltou. Então, o que é que se fez? De acordo com a empresa que faz a manutenção do estádio, foi feita uma regularização de todo o relvado.-----

----- Posso-vos dizer e porque chegaram até mim notícias que apontavam valores de setenta e cinco mil euros que a Câmara iria gastar na conservação do estádio, e no tratamento do relvado, aquilo que a Câmara gastou foi cem ou cento e vinte metros cúbicos de areia para ser colocado no relvado. Todo o remanescente, sementes, trabalho, etc, é por conta da empresa que está a fazer a manutenção.-----

----- Posso-vos dizer que tivemos cá hoje o embaixador da Ucrânia, que foi ver o relvado e ficou maravilhado com as condições que tem. Nós estamos a vender uma imagem, nós queremos “vender o estádio para outras realizações”. Temos que ter boas condições para ser atractivo, é isso que estamos a tentar fazer e é isso que pugnamos.-----

----- **Estação para Tratamento Mecânico Biológico de Resíduos** – Aquilo que nós afirmámos em reunião da ERSUC foi disponibilidade para receber o equipamento.-----

----- Há um estudo e o estudo é económico, porque isto prende-se com dinheiro e dinheiro que nos vai sair do bolso a todos, porque quanto aos resíduos, e como disse o Engenheiro Hilário e bem, mais tarde ou mais cedo, vamos ter de pagar taxa porque não é sustentável a situação que temos. Mas, o estudo é económico, ou seja, foram feitos dois cenários para a localização daquele equipamento: um cenário com uma estação e um cenário com duas estações. Com uma estação é no Concelho de Águeda, com duas estações é em Aveiro e em Coimbra.-----

----- Posso-vos dizer que, tal como referi, mostrámos disponibilidade para aceitar o equipamento, mas Aveiro e Coimbra também demonstraram nessa reunião em que participámos essa disponibilidade e verificámos que outros municípios estariam também disponíveis para receber o equipamento. Colocámos uma condição à ERSUC, independentemente onde fosse localizado, teria de ter acessos directos a partir dos eixos principais e não passar por dentro de qualquer freguesia ou qualquer população do concelho. É um tráfico bastante intenso de camiões e nós não

queremos piorar, pelo contrário queremos melhorar, as condições de vida das pessoas do Concelho.-----

----- É a condição que está na mesa, essa é inegociável e recebeu por parte da ERSUC também a concordância. Face ao volume de camiões que é necessário para transportar os resíduos, que fará pouco sentido passar por dentro das populações, que traria problemas acrescidos.-----

----- Este tipo de equipamento, tal como foi referido pelo Engenheiro Hilário Santos, o exemplo mais aproximado e para uma capacidade próxima daquela que está prevista para se for instalado aqui em Águeda, o mais moderno está em Leipzig, na Alemanha.-----

----- A introdução e colocação deste equipamento não necessita de estudo de impacto ambiental, contrariamente aquilo que se pensa, não é necessário, porque é considerado amigo do ambiente.-----

----- Logo a partir do momento em que chegou o estudo à nossa mão, promovi um contacto com a Universidade de Aveiro, com o Departamento do Ambiente, no sentido de avaliar a possibilidade de a Universidade de Aveiro, através do respectivo Departamento de Ambiente, acompanhar o assunto no caso se vir a concretizar este investimento no concelho de Águeda, acompanhar, antes, durante e depois a instalação do equipamento.-----

----- Queremos uma entidade terceira, uma entidade credível, que nos diga em que está tudo bem, que não há problemas. Porque este assunto não é para ser tratado só por mim ou por meia dúzia de pessoas. Temos de chamar os técnicos para assegurar isto, para dizerem aos cidadãos do concelho que este equipamento é para funcionar e para funcionar bem e que não traz problemas ambientais para quem vive perto. Foi isso que me garantiram também na Universidade de Aveiro.-----

----- Quanto à Comissão de Análise, posso-vos dizer que a partir do momento que comunicámos a nossa disponibilidade para estudar a vinda deste equipamento para o concelho, de imediato, entregámos também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal os estudos que tínhamos e estamos abertos, obviamente, a dialogar em permanência para encontrar as melhores soluções, quer com a Assembleia Municipal, quer com o público em geral, temos de ser claros e dizer aquilo que se passa, porque se nós escondermos, se tivermos alguns receios em dizer as coisas, estamos a afugentar as pessoas e aquilo que se pensa, às vezes com razão, é que existe

alguma coisa escondida que não é muito boa.-----

----- Neste processo em que nós desde a primeira hora estamos a favor, porque é o mais evoluído, é aquele que ambientalmente é mais sustentável. Nós não temos absolutamente nada a esconder.-----

----- Participei numa reunião com o Senhor Secretário de Estado, em que ele foi muito claro e me disse que, a possibilidade da incineração, a chamada valorização energética dos resíduos, estava posta fora de causa. Isto porque foi dito que Portugal já ultrapassou as taxas de CO₂, tem que comprar cotas de CO₂. A energia das incineradoras deixou de ser considerada energia verde para ser energia normal e as taxas de CO₂ comprometiam o Estado e o Governo para problemas difíceis.-----

----- Portanto, foi uma condição que o Senhor Secretário de Estado colocou, que foi remeter para a ERSUC, a resolução do problema dos resíduos que passa pelo tratamento mecânico e biológico.-----

----- E, na reunião em que participei, disse logo à GF, Empresa Geral de Fomento, que é a principal accionista da ERSUC, para fazer o estudo que melhor servisse os Municípios ali associados.-----

----- A questão de ser um centro ou ser dois é económico. Se fôr um centro e se for localizado no Concelho de Águeda o tratamento custa cerca de quarenta e oito Euros por tonelada, se forem dois centros custa cerca de cinquenta Euros.-----

----- Portanto, há aqui uma diferença que foi entendido pelos municípios, que era significativa e como tal está a negociar-se com o Governo para que assuma uma quota parte destas taxas que vão ter de ser pagas.-----

----- Foi entendido pelos municípios da ERSUC que teríamos de ir pela opção de um centro para termos força negocial para com o Governo.-----

----- Quanto ao impacto social nas populações, eu penso que já respondi também, é uma questão que me preocupa e que será, obviamente, uma das tarefas da Universidade de Aveiro. Se for decidido que vem para o Concelho de Águeda, tem que se começar a estudar as situações para que quando as populações vierem, dar respostas qualitativas a todos.”-----

----- Terminadas as explicações do Senhor Presidente da Câmara, a Mesa decidiu propor à Assembleia Municipal a constituição de uma **Comissão de Análise e Acompanhamento de Eventual Instalação de Uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Resíduos Sólidos Urbanos**.-----

----- Sobre este assunto o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Membro António Martins**, que fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só queria acrescentar alguma coisa a isso. É que dada a complexidade da matéria eu gostaria que ficasse considerada a hipótese de os representantes legais que ficassem agora indicados, poderem delegar, eventualmente, em alguém com mais capacidade técnica e mais competência, para depois acompanhar essa Comissão, atendendo a que, somos meros curiosos nesta matéria. Portanto, delegaríamos depois se assim o entendêssemos.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----- “Penso que é pertinente a sugestão do Senhor António Martins, sendo certo que essa matéria já é do foro da Câmara Municipal e do Senhor Presidente. É constituída uma Comissão, no âmbito desta Assembleia, que depois reunirá com todos os técnicos que a Câmara Municipal entender e solicitará, porque terá naturalmente poderes para o efeito, as informações que entender convenientes para dar parecer sobre as várias vicissitudes.”-----

----- Não havendo mais intervenções acerca deste assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, com uma abstenção do Senhor Membro Amílcar Lemos, a proposta apresentada pela Mesa da Assembleia para criação de uma Comissão de Análise e Acompanhamento da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Resíduos Sólidos Urbanos, constituída pelos seguintes Membros da Assembleia:-----

----- Senhor Membro JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO;-----

----- Senhor Membro ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS;-----

----- Senhor Membro HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS;-----

----- Senhor Membro PAULO NUNO DE ALMEIDA ALVES;-----

----- Senhor Membro VICTOR RODRIGUES TAVARES;-----

----- Senhor Membro MANUEL DE ALMEIDA CAMPOS.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, passou-se, de seguida, à análise dos assuntos agendados para esta Sessão.-----

----- **UM – Acta –** Discussão e aprovação da Acta da Sessão de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e seis; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a Acta referente à Sessão da Assembleia Municipal de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e seis.-----

----- **DOIS - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara** sobre a Actividade e a Situação Financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos quinquagésimo terceiro, número um, alínea e) e sexagésimo oitavo número quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos Membros da Assembleia, que fizeram as seguintes intervenções:-----

----- Senhor Membro **MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA**:-----

----- “Não tivesse o Grupo Municipal do Partido Social Democrata utilizado e bem o tempo de que dispunha e eu tinha uma pequena observação aqui a fazer que perdeu oportunidade:-----

----- Por isso, venho agora aqui colocar uma questão prévia que é o seguinte:-----

----- Nós estamos num areópago político, as afirmações que eventualmente fazamos, com maior ou menos veemência, desde que respeitem a dignidade das pessoas, devem ser entendidas como tal e não como agressão pessoal. É que às vezes há sempre uma certa forma de entender as coisas como se nós aqui estivéssemos com má vontade, contra quem quer que seja e não no exercício legítimo de uma autoridade que nos foi outorgada pelos munícipes quando em nós votaram para tentar melhorar as suas condições e tentar resolver, da melhor maneira, aquilo que eles pensam que é possível de solução.-----

----- Por isso, eu começo, não pelos pontos que tinha agendado, mas pelo terceiro e que se dirige ao Senhor Presidente da Câmara que tem a ver, naturalmente, com um reparo que lhe faço, que já não é a primeira vez que os serviços municipais nos fazem chegar às mãos, não propriamente um relatório das actividades exercidas pelo Presidente, isto é, aquilo que o Executivo foi fazendo, os contactos que teve e os resultados positivos ou negativos que daí advieram, mas deu-nos um índice sem conteúdo.-----

----- Na verdade, do que eu li, vi apenas um índice e quase que era tentado a

chamar-lhe o *Índex*, que eram aqueles livros que ficavam de fora e não se podiam ler porque eram pecaminosos. Dentro desse índice não vem nada e, naturalmente, achava por bem que o Senhor Presidente fosse um bocadinho mais discursivo e que naquilo que nos apresenta, dos contactos com entidades que directamente dizem respeito ao desenvolvimento e crescimento do nosso Concelho, trouxesse algo de novo, o que não aconteceu. E, a propósito e já nesta Assembleia, em resposta a um Membro da Mesa, relativamente à via, há aqui uma confusão que eu queria que o Senhor Presidente me esclarecesse de uma vez por todas. Eu ouço falar sempre na via rápida Águeda / Aveiro e nunca ouço falar na ligação à auto-estrada, nós somos um País tão rico, que temos recursos disponíveis para numa distância de cerca de vinte quilómetros fazer duas vias, uma rápida, não se sabe bem por onde e outra também rápida que é a ligação à auto-estrada.-----

----- Eu gostaria que nós de uma vez por todas, que fazemos política bem ou mal fazemo-la como sabemos, que o próprio Executivo e o Órgão Deliberativo, que esta Assembleia decidisse o que é que queremos. Queremos pedir ao Governo Central aquilo que é de direito e justo, não queremos ficar sempre para trás ao nível deste País, que é não sermos sempre o último a ter qualquer ligação da rede viária ao todo nacional e queremos saber quando é que se inicia a ligação à auto-estrada ou se essa matéria está abandonada?-----

----- E eu gostaria de saber dos contactos que o Senhor Presidente vai ter no exercício da sua função, relativamente a essa questão, que eu acho que é uma questão fundamental, que é dizer-nos que contactou e que a resposta foi nula, ou que foi despachado para a frente, ou que não tem nada em mente, isto para termos alguma ideia, porque eu acho que é uma das prioridades para Águeda, para que Águeda não morra como cidade interior, porque Águeda é uma cidade interior neste momento. Não tem comunicação com o litoral, é uma cidade interior e tem uma zona serrana maior que a ribeirinha, tem acessos difíceis à cidade de Aveiro que é um outro centro, que como Águeda, eventualmente, Albergaria e Ílhavo, faziam aqui um policentrismo de grande desenvolvimento, nada disso se vê.-----

----- Tinha também outra questão, mas que já foi respondida, que era o problema do Tribunal e aí estou de acordo consigo. Eu acho que andarmos à espera de um Tribunal novo para as calendas, isto é, quando eu cá não estiver e talvez outras pessoas que aqui estão, é que ele será construído. Porque mesmo a ampliação não

está feita antes de quatro anos. Sabemos como é que as coisas demoram no Poder Central e é preciso ter muita força, muita gente e haver em Águeda, realmente, união, porque parece que às vezes uns puxam para um lado e outros puxam para outro.-----

----- Desde que o Senhor Presidente insista na velha “pecha” de nos dar um índice, não há respostas, sabe-se que esteve lá, mas será que neste momento basta estar lá e não receber nada? É esta pergunta que eu faço, que gostaria de ver respondida. Queria pedir-lhe, novamente, que daqui para a frente, faça uma descrição mais discursiva, mais extensiva, mais desenvolvida, daquilo que fez (e que foi muito, que é o trabalho que tem a fazer) e da resposta que colheu, para que nós, numa próxima reunião, possamos perguntar: houve algum desenvolvimento? Ou ficou tudo na mesma? Eu vejo isto tudo muito parado e sinceramente que esperei que uma mudança do Executivo, de uma força diferente, que vinha cheia de vontade, como nós temos, de fazer o melhor pela nossa Terra, eu vejo que está tudo na mesma, não vejo que as coisas tenham avançado, rapidamente.-----

----- Eu acho que, tal como dizia Maquiavel, as coisas más devem ser feitas todas de uma vez só e depois as coisas boas devem ser dadas paulatinamente. O que eu estou a verificar é que se estão a fazer coisas más muito lentamente e não vejo nenhuma boa rapidamente, por isso é que eu queria ver se efectivamente caminhávamos nesse sentido.”-----

----- Senhor Membro **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS**:-----

----- “O Doutor Antunes de Almeida tirou-me algumas palavras, porque eu efectivamente ia pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que autorizasse o Senhor Presidente da Câmara, se este quisesse, a dar-nos algumas explicações sobre esses tais pontos “indexados”, que eu creio que o Senhor disse isso na antepenúltima Assembleia e hoje repetiu e repetiu muito bem.-----

----- Efectivamente, o Senhor Presidente da Câmara deve dar-nos a conhecer algumas das coisas que trata, das conclusões e dos resultados. Porque nós estamos cá para julgar de facto as coisas, e creio que o Senhor Presidente compreende isso e não deixará na próxima oportunidade de mandar fazer as coisas como devem ser feitas.-----

----- De qualquer das formas e relativamente às informações do Presidente da Câmara, eu queria perguntar, ao Senhor Presidente, duas ou três coisas.-----

----- Relativamente à biblioteca eu ouvi em tempos, nesta Assembleia, números

para a biblioteca na ordem dos dois milhões de euros, já ouvi depois disso números na ordem dos três milhões de euros. Pedia-lhe Senhor Presidente, se é que sabe neste momento, qual é o grau de derrapagem das obras da biblioteca? Quanto é que presumível e projectavelmente a biblioteca irá custar?-----

----- Depois, fala aqui na criação de uma Comissão de Acompanhamento para a Baixa e para o Comércio da Baixa, e também diz que está a ser feito um trabalho de recolha de informação. Eu queria-lhe perguntar quem é que está a fazer este trabalho? Não porque me preocupe muito da qualidade das pessoas, mas porque gostava de saber e porque nesta matéria, não sendo eu um “*expert*”, *pelo menos* sou uma pessoa sensível a ela por uma questão de formação e devo dizer-lhe também que muitas das vezes as soluções são tão importantes ou menos do que as informações, porque só uma boa informação pode gerar muitas das vezes mediana ou uma boa solução. Não sendo feita uma recolha credível e fiável por pessoas com alguma competência para o fazer, corremos o risco não só de investir e gastar algum dinheiro, mas também de adiar a solução de alguns problemas com as consequências negativas para quem lá está, para os comerciantes, para os consumidores e para o município. Nessa matéria eu gostaria também que o Senhor me esclarecesse.-----

----- Relativamente às outras informações, que vêm sobre a situação financeira negativa, eu essa acho que nem vale a pena comentá-la. Mas, é uma situação que nos deve preocupar a todos, envergonhar alguns, mas temos que passar por cima dela.”-----

----- Feitos os reparos à informação escrita do Senhor Presidente, **o SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, respondeu às questões colocadas pelos Membros da Assembleia:-----

----- “Eu tenho sempre grande dificuldade em fazer essa informação, porque há assuntos que faço os contactos e é só um contacto para se seguir outro. O Doutor Antunes de Almeida já passou por estas coisas, e, sabe que muitas vezes temos que ir lá a primeira e a segunda vez e tentar por este lado e por aquele para ver se conseguirmos alguma coisa.-----

----- A ligação à auto-estrada é uma dessas, aquilo que eu defendo claramente sobre o seu traçado é o traçado Norte, porque indo pelo Sul nós vamos entrar numa coisa que se chama ZPE - Zona de Protecção Especial. Tenho a certeza que, se conseguirmos pelo Norte, com uma ligação à auto-estrada, resolvíamos os

problemas, ficávamos ligados aos principais eixos com uma estrada -----
 ----- Depois, continuávamos com as outras, mas cada coisa no seu espaço e
 aquela que defendo já neste momento é essa.-----
 ----- Coisas más, e, agora vão-me permitir, já fizemos algumas boas, que ainda
 não estão acabadas, mas tivemos ontem oportunidade de abrir as propostas para a
 ceifeira para a Pateira.-----
 ----- Para conseguir pôr as entidades todas de acordo para aquela solução, Doutor
 Antunes de Almeida, foram precisas muitas reuniões e muitas vezes não obtivemos
 respostas à primeira, mas conseguimos movimentar e as coisas apareceram. Como o
 Senhor sabe um é trabalho lento, muitas vezes muito mais lento do que aquilo que
 nós gostaríamos mas, ainda não temos seis meses e penso que já temos algumas
 coisas boas.-----
 ----- Quanto à biblioteca, em termos de obra foi adjudicada por basicamente dois
 milhões de euros. Foram feitos trabalhos a mais, logo no início, em cerca de setenta
 mil contos.-----
 ----- Tivemos uma reunião com o Instituto do Livro e da Leitura, porque há alguns
 problemas a nível de projecto e o desfasamento que há entre o momento em que foi
 concebido e o momento actual leva-nos a rever algumas coisas, como por exemplo,
 na área de informática, que muito evoluiu e é preciso rever alguns projectos não estão
 de acordo com as exigências actuais e alguns conceitos também têm que ser
 mudados. Por isso, queria dizer aqui, para não haver especulações, que tivemos uma
 reunião com a empresa que está a fazer a biblioteca e chegamos a um entendimento
 em que a obra vai parar durante algum tempo. Nós não temos possibilidades de fazer
 mais Trabalhos a Mais, estamos praticamente no limite. Portanto, temos de ver como
 é que vamos resolver a situação e queremos fazer as coisas bem feitas de uma vez e
 queremos também adaptar algumas coisas que pensamos que podemos ter uma
 utilização mais intensa para aquele espaço.-----
 ----- Quanto à Unidade de Acompanhamento e Avaliação é um organismo a ser
 constituído para dar seguimento ao PROCOM e URBCOM que houve em Águeda,
 visa e tem como objectivo ter um gestor e outras pessoas a coadjuvá-lo que façam a
 dinamização e a afirmação do comércio tradicional no Concelho e na região.-----
 ----- Foi uma parceria entre a Câmara e a ACOAG e fomos buscar para esta
 parceria a ESTGA. Fomos buscar as melhores entidades que dentro da nossa terra

melhor conhecem os problemas do comércio, melhor podem responder às necessidades que temos. Foi feito um estudo muito rápido, quero aqui ressaltar não só o papel da ACOAG mas, e sobretudo, porque foi chamada a esse processo e não está directamente interessada mas mostrou abertura e interesse em envolver-se naquilo que é a nossa terra. A ESTGA deu um contributo inestimável, posso dizer-vos que os Professores fizeram longas noites a trabalhar neste processo.-----

----- Portanto, é um projecto que não está acabado, reconheço, mas estamos à espera da avaliação final e esperemos que tenha êxito de forma a encontrarmos algumas pontes para nós promovermos a nossa Terra e o nosso comércio tradicional.”-----

----- Terminado o ponto dois da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte:-----

----- **TRÊS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Aprovar a autorização da Câmara Municipal, nos termos da proposta, a delegar competências nas Juntas de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco – A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem do Trabalho, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos Senhores Membros que fizeram as seguintes intervenções:-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS**:-----

----- “Como sabem o Partido Social Democrata foi sempre favorável a este tipo de protocolos. Iniciamo-los há já alguns anos e entendemos que são sempre fundamentais a execução dos protocolos com as Juntas de Freguesia, porque sempre entendemos que as Juntas com o mesmo dinheiro fazem muito mais obra o portanto há que aproveitar este tipo de sinergias.-----

----- Mas também teremos que deixar claro que sempre fomos muito transparentes nestes protocolos e sempre estes protocolos estiveram ressalvados no Plano de Actividades da Câmara e sempre esses protocolos vieram à Assembleia Municipal para serem conhecidos e aprovados por todos os Membros.-----

Aqui tenho duas perguntas a fazer, que faço em nome da transparência, que tanto se apelou e espero que se mantenha.-----

----- A primeira é saber se esta delegação de competências é para o ano em curso ou para o mandato em curso?-----

----- A segunda é saber se o Senhor Presidente se compromete a trazer os mesmos protocolos à Assembleia Municipal, para dar conhecimento e serem aprovados por todos os Membros?”-----

----- Senhor Membro **CARLOS ALBERTO BAPTISTA GUERRA:**-----

----- “Eu aproveito a circunstância do Engenheiro Hilário ter vindo aqui dizer claramente que é apologista aos protocolos, a exemplo daquilo que o Partido Socialista sempre apoiou e é apologista de uma coisa importante, quer agora transparência. Eu espero que o Senhor não aprove protocolos para obras realizadas e para pagar empréstimos a pessoas, que o Senhor sabe que foram feitos, e, que foram ditos pelo Senhor Presidente da Junta numa célebre reunião em Valongo do Vouga.---

----- Isto é só para confirmar que há obrigações para ambas as partes. O que significa que a transparência tem que ser dada por ambas as partes, Câmara e Juntas de Freguesia. Sempre o Partido Socialista votou a favor da delegação de competências e sempre disse claramente, aquilo que o Senhor afirmou, que as obras efectuadas pelas Juntas que, se calhar eram melhores, mais rápidas e custavam menos dinheiro.-----

----- Contudo, eu só peço ao Executivo que acompanhe como merece a Delegação de Competências e a execução das obras para não acontecer alguns desvarios que aconteceram anteriormente.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA:**-----

----- “Senhor Carlos Guerra, pelos vistos tem algum problema com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima.-----

----- Eu já lhe expliquei que quando se faz um protocolo com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima, é para realizar obra onde o montante referido no protocolo será investido, não é para pagar favores nenhuns, porque eu não devo favores a ninguém.-

----- Não sei porque é que o Senhor insiste nesta questão, já é a terceira vez que fala do mesmo. -----

----- O Senhor devia era questionar porque é que a Câmara Municipal ainda não liquidou as verbas em dívida para com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima, fruto dos protocolos anteriormente estabelecidos, pois a Junta de Freguesia está sujeita a processos judiciais devido a facturas que ainda não pagou, porque a

Autarquia não cumpre as suas responsabilidades em matéria de pagamentos..-----

-----Eu concordo com a agilização do processo administrativo de estabelecimento de protocolos com as Juntas, pelo que a proposta agora apresentada pelo Executivo merece o meu voto. No entanto, gostaria de colocar uma questão: O protocolo celebrado e aprovado em reunião de Executivo, em Travassô, no dia vinte de Abril de dois mil e seis, no valor de oito mil euros, era para obras já feitas ou obras a realizar?”-----

----- Senhor Membro **CARLOS ALBERTO BAPTISTA GUERRA:**-----

----- “O Senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe perfeitamente que nessa Sessão de Assembleia Municipal levou três protocolos e na primeira intervenção que fez, disse que a obra estava feita, que tinha inclusivamente pedido empréstimos a empresas da zona e que era preciso pagar. O Senhor sabe que quando se celebra um protocolo a obra nem sequer iniciada está.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “Quanto à duração da Delegação de Competências é de um ano,-----

----- Quanto às Delegações, este protocolo também tem um objectivo que é: se for entendimento e se houver necessidade, podermos estabelecer outros protocolos com as Juntas de Freguesia. A transparência fica sempre assegurada. Estão representantes, no caso concreto do Partido Social Democrata, no Executivo, tem de ir a Executivo e estamos absolutamente disponíveis para os trazer aqui para ratificação, se assim o entenderem, não há problemas nenhuns.-----

----- Obviamente que poderíamos torneir esta situação, podemos falar num subsídio a uma Junta de Freguesia já não precisávamos de nada, mas se é protocolo, se acordamos a responsabilidade, nós queremos é fazer as coisas com transparência, com agilidade e resolver os problemas.”-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS:**-----

----- “Senhor Presidente, fiquei esclarecido em relação à questão de que esta deliberação de competências é anual, sobre esta matéria estamos de acordo. Se se compromete a trazer cá os protocolos, como nós entendemos que devem ser trazidos para serem rectificadados, o Partido Social Democrata votará favoravelmente.-----

----- Em relação ao que disse sobre o subsídio, só o quero alertar que, se fizer um protocolo isto não vai para imobilizado, vai para investimento, é diferente do subsídio, veja lá como é que trabalha depois na área da contabilidade da Câmara.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “Com a maior transparência de sempre e se alguma vez estivermos prestes a cometer alguma ilegalidade agradeço que nos advirtam, que retrocederemos de imediato.”-----

----- Senhor Membro **MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA:**-----

----- “Eu não percebi a resposta clara, como costumo obter, à pergunta do Engenheiro Hilário Santos se esta aprovação, que eventualmente vamos fazer, é uma aprovação genérica e se depois nos protocolos elaborados com as várias Juntas de Freguesia, sejam dez, vinte ou trinta, os que forem possível, se vêm à Assembleia Municipal para sabermos o montante e serem ratificados aqui. É esta pergunta que não foi respondida e eu quero saber o que é que pensa o Executivo, se sim ou não.”--

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “A Câmara não tem problemas nenhum em trazer cá os protocolos todos. Nós só estávamos a propor uma situação de agilização. Mas, se é essa a vontade e se entendem que devem ser ratificados todos antes de serem executados, vai mais devagar, mas nós não pomos problemas. Nós só temos Assembleias Municipais, previstas de três em três meses, se houver uma Assembleia Municipal que custa como já foi referido cerca de quatro mil euros, poderá não fazer sentido para um protocolo que é necessário estabelecer com uma Junta de Freguesia, estar a convocar uma Assembleia Municipal, que pode custar mais que o próprio protocolo. Se fôr uma necessidade mesmo urgente, trazemos cá para ratificar, trazemos cá sempre que podermos. Na Assembleia Municipal os Senhores querem aprovar os protocolos todos antes, nós queremos agilizar, trazemos cá, não é por falta de transparência, porque eles têm que ser aprovados em reunião de Executivo.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----- “Eu penso que o Senhor Presidente da Câmara foi claro relativamente às questões. Se a Assembleia Municipal entender que os protocolos devem vir sempre à aprovação da Assembleia o Senhor Presidente diz que os trará, mas que isso não agiliza.”-----

----- Senhor Membro **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS:**-----

----- “Eu só queria questionar a seguinte situação: se os protocolos têm que vir à Assembleia Municipal, porque é que nós vamos aprovar este pedido da Câmara? Não faz sentido nenhum, porque é uma redundância. Não vale a pena votar, se depois

vamos ter que voltar a votar os protocolos. Ou votamos e autorizamos que o Executivo faça os protocolos que quer fazer e qualquer dia estamos todos muito aborrecidos porque o executivo anda a fazer aquilo que não deve e apresentamos aqui uma moção e proibimos o executivo de continuar a fazer protocolos ou então não faz sentido porque isto é redundante.”-----

----- Senhor Membro **MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA:**-----

----- “Parece que há aí qualquer tipo de desconfiança que eu não percebi. Os protocolos com as Juntas de Freguesia foram feitos até agora integrados no Plano de Actividades. -----

----- Os Presidentes de Junta já tomaram posse há que tempos, não foi agora, têm coisas para fazer nas suas terras, sabem aquilo que é prioritário e aquilo que podem propor à Câmara para, com a ajuda da Câmara e com tudo aquilo que é a aproximação e a facilidade de contratar, o fazerem mais barato. O Senhor Presidente diz “*se quisermos*”, mas não se comprometeu. Também não lhe vou pedir mais nada, nós cá estamos e julgamos aquilo que a Câmara Municipal faz, porque somos julgadores.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA:**-----

----- “Eu acho que o procedimento dos protocolos se não vierem à Assembleia realmente seria tudo muito mais rápido.-----

----- Mas, em nome da transparência, eu só queria que o Senhor Presidente da Câmara me esclarecesse uma coisa:-----

----- O protocolo aprovado pelo Executivo, em reunião de Câmara em Travassô no dia vinte de Abril passado, era para obras feitas ou obras a realizar? Eu só quero que me esclareçam isso, porque depois aí o meu raciocínio é que vê as transparências.”---

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “A Câmara assume compromissos que tem de formalizar posteriormente. Antes de fazer os protocolos o Presidente da Junta, o Presidente da Câmara e os Vereadores acertam o protocolo e depois vamos tentar concretizá-lo.-----

----- Nós funcionamos assim, é assim que queremos funcionar e eu não entendo que seja muito premente para a Assembleia estar a aprovar protocolo a protocolo. Eu acho que temos de deixar para a Assembleia outras coisas que temos de discutir, como a colocação ou não de uma incineradora e também para onde é que queremos ir com o Concelho, isto é que temos de vir aqui discutir.-----

----- Geralmente, os protocolos são aprovados por unanimidade, resultam de carências visíveis por todos, é como alguns assuntos que eu sou obrigado por Lei a levar à Câmara que acho que não fazem o mínimo de sentido lá ir, mas temos de cumprir a Lei, porque não são competências delegadas.-----

----- Por isso trarei cá à Assembleia Municipal para conhecimento e a todos os Membros todos os protocolos realizados, são assinados pela Câmara e depois cada um pronuncia-se se achou bem ou se achou mal.”-----

----- Não havendo mais intervenções acerca deste assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal, nos termos da proposta, a delegar competências nas Juntas de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco – A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- **QUATRO – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL:**-----

----- **a) Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Recuperação de imóveis antigos na Zona Histórica da Cidade.**-----

----- Relativamente a este assunto, usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS:**-----

----- “Senhor Presidente, simplesmente, uma questão meramente legal, nesta proposta, diz assim na alínea a): “proponho que, ao abrigo da alínea e) do número dois do artigo terceiro do Regulamento e Tabela de Taxas, no âmbito de Operações Urbanísticas desta Câmara Municipal, publicado no Diário da República Apêndice número oitenta e quatro, II Série, de cinco de Junho de dois mil e três, fiquem isentas, no totalidade, do pagamento das respectivas taxas as “Obras de Recuperação, sem aumento do número de pisos, de imóveis antigos na Zona Histórica da Cidade” em conformidade com a delimitação constante do Plano Director Municipal.”-----

----- O que está aqui a propor é uma alteração ao Regulamento de Tabela e Taxas, eu não tenho a certeza, mas tenho a ideia de que eventualmente esta alteração teria que ter sido sujeita a consulta pública. Não sei se é obrigatório e não sei se o fez, gostaria de ser esclarecido. É que podemos estar a aprovar uma coisa que, eventualmente, poderá não ser legal, é a minha questão Senhor Presidente.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL:** -----

----- “A minha intervenção nesta matéria não se prende com a questão da proposta só em si, aquilo que eu entendi é que se pretende dar incentivos ou promover a recuperação de habitações.-----

----- Eu acho é que esta proposta só por si é muito pouco, o que eu gostaria que o Executivo tivesse em consideração é que se faça um estudo global do que é a zona histórica, o que é que vale ou não a pena, um estudo global do crescimento da cidade, da habitabilidade da cidade e onde se instala esta zona histórica. Porque recuperar zonas históricas nem sempre se deve fazer, certamente promover o arranjo de situações mais profundas só para que aquilo esteja e continue vazio, será um desperdício de capital. Promover também só o embelezamento básico, sendo que o certo era mandar tudo abaixo e criar uma zona histórica nova para que ela fosse histórica daqui a cem anos. Eu por mim não me prendo muito com zonas históricas só porque elas existem. Já muito destruímos, é preciso é preservar, mas preservar alguma coisa que seja útil. Eu gostava é que tivesse em consideração, além dessa proposta que certamente terá a ver com alguma recuperação e embelezamento, tivesse em consideração um projecto global, um projecto urbano da cidade, do seu desenvolvimento e onde estaria logicamente a actual zona histórica.”-----

----- Senhor Membro **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS:**-----

----- “Senhor Presidente, relativamente a esta matéria, devo louvá-la porque acho que há coisas que são demasiado feias nesta terra e há coisas muito feias na baixa de Águeda que eu acho que têm que mudar.-----

----- Entendo que é uma excelente oportunidade para quem é proprietário para restaurar, embora não seja uma ajuda por aí além, mas é uma ajuda e é um incentivo. Eu creio que a renovação das cidades e nomeadamente das zonas que nós consideramos históricas, porque são mais antigas e foram aquelas onde provavelmente se começou a fazer a história de cada uma das localidades, eu acho que ela tem que ser acompanhada também por uma certa mudança de mentalidades, de atitudes, e esta nossa zona tem muitos proprietários que estão agarrados a ela de há muitos anos e cujas dificuldades de mudança são aquelas que nós temos visto também com o próprio desenvolvimento do comércio e o próprio desenvolvimento da cidade.-----

----- Portanto, eu acho que isto deve ser entendido, na minha opinião, também

como um sinal e como um acto de comunicação para aqueles que estando colocados naquele espaço devem entender isto como uma abertura da Câmara Municipal para colaboração.-----

----- Agora o que digo, também, Senhor Presidente, é que passada esta fase e se calhar alguma prorrogação mais que lhe teremos de dar, pois como sabe, há ali situações que são, complicadas e não são fáceis de resolver. É preciso muito dinheiro e hoje, como nós sabemos, as zonas históricas em termos de investimentos comerciais estão cada vez mais difíceis, com alguma prorrogação que se calhar a experiência depois virá dizer que tem que se lhes dar, eu acho que depois a Câmara Municipal e o Senhor Presidente como seu lídimo representante deve ponderar a hipótese de fazer cumprir a Lei, porque a Lei diz que os edifícios degradados têm que ser recuperados e basta que um ou dois edifícios no meio de tudo aquilo que é arranjado, ali fique, para continuar a mostrar algum ar de degradação.-----

----- Portanto, eu chamava-lhe já e antecipadamente, a atenção numa altura em que se mostra aqui alguma abertura para isso, para esta situação.-----

----- Depois, e um bocadinho marginalmente a isto, eu recebi, Senhor Presidente, uma acta, diz aqui “Acta sete do Município de Águeda realizada a seis de Abril”, onde a reunião, de facto é presidida pelo Vice-Presidente Gil Nadais Resende da Fonseca. Não sei pressupostamente o Senhor quis ser despromovido, por alguma razão especial nessa altura, mas creio que foi um lapso. Mas embora estas coisas possam ser consideradas uma mesquinhice eu acho que deve haver algum cuidado nesse tipo de coisas.-----

----- Mas nessa acta diz na página dois, Senhor Presidente, que relativamente a uma tomada de posição sobre o GICA que “....*assumir o compromisso de poder vir a apoiar o GICA no valor de trinta por cento dos custos totais da beneficiação a realizar no respectivo pavilhão.*” Eu gostaria que o Senhor me esclarecesse se “isto de poder vir a apoiar” é um acto de intenção ou se é uma decisão de apoiar mesmo. E esses trinta por cento, Senhor Presidente, correspondem a quê? É que o que aqui está é tão subjectivo que eu tenho receio de um dia ter participado numa Assembleia dentro desta casa onde foi decidido conceder-se um empréstimo de trinta mil contos para melhoramento ou para instalação de um relvado. Esse empréstimo acabou por ser transformado numa dádiva, que depois obrigou, por uma questão de justiça, a mais três ou quatro dádivas, que atiraram para larguíssimas dezenas de milhares de contos

a dádiva inicial.-----

----- Portanto, é bom que as coisas se esclareçam, é bom que fique muito claro e rigoroso o que é que se vai dar e se é uma intenção ou se, efectivamente, a Câmara Municipal vai mesmo dar e o quê.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “Sobre a necessidade ou não da consulta pública, dentro da Câmara encontrámos pessoas que entendiam que nem sequer era necessário trazer à Assembleia Municipal. No entanto foi entendido que sim, e, é o mínimo de transparência que podemos ter.-----

----- Se nós olharmos para as propostas que são feitas, são propostas inclusivamente de desagravamento e criação de condições para que haja um maior envolvimento das pessoas e um olhar de outra forma para a zona histórica.-----

----- No entanto, este mecanismo e aquilo que nós estamos aqui a fazer hoje, é só lançar e dar oportunidade às pessoas de começar a trabalhar nesse sentido, porque contamos, e aí já com a devida consulta pública feita, trazer na próxima Assembleia uma revisão profunda da Tabela de Taxas e Licenças, onde este ponto estará contemplado.-----

----- Para responder, claramente, a informação que temos dos nossos serviços é que não necessita de consulta pública, porque são alterações pontuais. Pensamos que isto vai contribuir para o desenvolvimento do Concelho. Favorece a oportunidade das pessoas intervirem, cria condições para a realização de obra em melhores condições.-----

----- Portanto, achamos que não é necessário a consulta pública, face às informações que temos e, é dentro desse espírito que estamos aqui.-----

----- O Professor José Vidal, falou num estudo na zona histórica, um projecto de desenvolvimento, esta medida que estamos aqui a apresentar é uma que se encaixa dentro de um todo. Fazer as unidades de apoio e acompanhamento do comércio, mantendo as casas velhas e de mau estado, não fazendo nada nos espaços envolventes, estamos a perder dinheiro porque não conseguimos melhorar a imagem daquela zona. Portanto, há aqui uma acção concertada.-----

----- Queremos também criar mecanismos, já fizemos o contacto com instituições bancárias, no sentido de serem criadas facilidades de acesso ao crédito para recuperação daquelas habitações e daqueles espaços que lá estão.-----

----- E queremos dizer isso aqui de uma forma muito clara, vamos criar esses incentivos num espaço de tempo bem determinado, porque a partir daí iremos colocar em execução os mecanismos que a Lei nos permite.-----

----- A Lei permite que o início seja aumentado em trinta por cento para casas degradadas e espaços que não estejam devidamente tratados. Iremos fazê-lo estamos a dar incentivos e queremos apontar caminhos. A Câmara diz “...*é por aqui, nós damos incentivos, prescindimos das taxas, estamos aqui para apoiar...*”. Agora para quem não quiser seguir, fazemos cumprir aquilo que está na Lei.-----

----- Aliás, a Lei diz mais, diz que são todos obrigados a fazer obras de recuperação nos prédios de oito em oito anos. É uma Lei muito antiga do RGEU, que está inclusivamente, tanto quanto sei, para ser revisto, mas há muitos anos que existe, mas que ninguém cumpre.-----

----- Queremos recuperar a baixa e queremos alargar isto a outras partes do Concelho, obviamente. Concerteza que vocês andaram também, como eu, a fazer campanha política, e viram que há muitas situações de casas em ruínas que é preciso tomar providências e vamos incentivar as pessoas a melhorarem aquele espaço, para não termos uma cidade e um concelho como temos.-----

----- Este é um primeiro passo, queremos dar outros, no sentido de melhorar o nosso Concelho.-----

----- Quanto ao “Vice-Presidente”, nós andamos a pressionar muito a informática aqui na casa. Aconteceu que fizemos a acta directamente no sistema e houve um problema que foi buscar o “Vice-Presidente” não sei aonde e só vimos isso quando a acta saiu.-----

----- Foi um problema informático, que neste momento está corrigido e pensamos que não volta a acontecer.-----

----- Quanto aos trinta por cento de apoio ao GICA, o GICA teve problemas no seu pavilhão, quando foi do vendaval houve uma janela que caiu, parte do telhado do edifício principal soltou-se, foi por cima do telhado do pavilhão que já estava em mau estado, mas ficou tipo passador nalguns zona.-----

----- O GICA candidatou-se a apoios, em que é necessário que a Autarquia ou outras fontes, neste caso foi a autarquia, assumam o remanescente à verba que o Governo Central poderá dar para a obra.-----

----- Aquilo que foi assumido em reunião de Câmara, foi que a Câmara assumia

perante o Governo Civil, mas em situação a negociar depois, não é uma aprovação automática dos trinta por cento, não estão aprovados. Isto foi dito claramente na reunião de Câmara e foi dito ao GICA, que não estão aprovados mas está assumido que depois viabilizamos aquela obra.-----

----- Quanto ao montante, foi um contrato que veio a reunião de Câmara, não tenho agora esses números, poderemos depois fornecê-los.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----- “Eu aproveitaria para saudar o Executivo por trazer esta proposta à Assembleia Municipal e sou dos que penso que este assunto nem precisava de cá vir.-----

----- Mas penso que é importante cá vir, porque a Assembleia deve pronunciar-se sobre uma matéria que tem a ver com a iniciativa dos proprietários e realmente a qualidade do espaço urbano não melhorará se estivermos sempre à espera da intervenção da Autarquia. A qualidade do espaço urbano melhorará se houver colaboração dos proprietários dos imóveis degradados. A Câmara ao dar esta possibilidade, como diz o Senhor Presidente, é um primeiro passo, está naturalmente a fazer pedagogia junto dos proprietários. Eu lembro-me de discussões antigas que tínhamos nesta Assembleia, onde chamávamos a atenção também para esse facto, proprietários que não têm necessidade nenhuma de manter prédios nas condições degradadas que mantêm no centro da cidade e na zona histórica. Portanto, após uma deliberação do Executivo e aprovada em Assembleia Municipal, talvez fiquem convencidos que devem colaborar também na melhoria do espaço urbano.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou o assunto em apreço a votação tendo-se verificado que a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a **proposta da Câmara para Recuperação de Imóveis Antigos da Zona Histórica da Cidade**, com trinta e sete votos a favor e uma abstenção.-----

----- **b) Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Desburocratização na área da Gestão Urbanística.**-----

----- Relativamente a este assunto, foram feitas as intervenções:-----

----- Senhor Membro **JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA:**-----

----- “No ponto dois alínea c) diz que o técnico responsável da obra tem que no fim fazer uma declaração em como não há qualquer deterioração do espaço público, isso é muito relativo porque os espaços públicos no geral estão muito degradados. Agora

os técnicos é que vão fiscalizar os espaços públicos do Concelho. Isto não devia de aparecer aqui de maneira alguma porque para isso há os serviços da Câmara e das Juntas de Freguesia. Agora os técnicos que trabalham no Concelho é que vão fiscalizar os espaços públicos, inerentes às obras que estão a fiscalizar? Acho que isto está a mais.-----

----- Quanto ao resto concordo com o que aqui está.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- “Aquilo que nós pretendemos é que o município ou o técnico tire uma fotografia de como está o espaço público, porque nós não queremos é que se agrave, nós sabemos que está mau, mas piorar não.-----

----- Com esta medida queremos que as pessoas deixem ter de fazer uma caução e estamos a transmitir também que confiamos nos munícipes e que eles vão assumir as suas responsabilidades. Se estragaram, assumem que vão repor.-----

----- Dentro do princípio que já temos nesta Câmara de que não vamos fiscalizar todos, mas tiramos apenas por sorteio aqueles que vamos fiscalizar, o técnico, melhor que ninguém, ao ver a fotografia do que estava antes e do que está depois, pode dizer se é aceitável ou se não é aceitável. E se não for aceitável diz ao dono da obra para arranjar melhor.-----

----- É dentro deste espírito que nós queremos trabalhar e é dentro desse espírito que está aí esse pedido de declaração.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Desburocratização na área da Gestão Urbanística.-----

----- Antes de se iniciar com o ponto número cinco, o Presidente da Assembleia Municipal propôs que a Acta fosse aprovada em minuta, colocada essa proposta a votação verificou-se que Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Acta em Minuta.-----

----- **CINCO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** – Nos termos do número dois do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- **CINCO . UM – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Relatório de Actividades e Contas de Gerência da Câmara Municipal de Águeda** relativo ao ano financeiro de dois mil e cinco.-----

----- Continuando os trabalhos, procedeu-se à discussão do ponto cinco, ponto um, da ordem de trabalhos tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

----- Senhor Membro **CARLOS ALBERTO BAPTISTA GUERRA**:-----

----- “Estamos perante o documento de prestação de contas, e a primeira parte é relativamente à Câmara Municipal de Águeda.-----

----- Antes de começar posso dizer que é intenção do Partido Socialista abster-se nesta votação, por uma razão óbvia. O Partido Socialista não foi tido nem achado na execução deste Plano, não foi tido nem achado na formalização e execução das contas, pelo que não tem qualquer responsabilidade em relação a estes dois temas.---

----- Contudo, se calhar, as pessoas estavam convencidas que vínhamos para aqui fazer chicana política ou era a altura da caça às bruxas, entendemos que não, porque há dois tipos de apreciação: uma apreciação meramente técnica e sem a apreciação técnica das contas, elas, partindo do pressuposto que as contas do POCAL estão devidamente afectadas, nada temos a pronunciar-nos, e a apreciação política já foi feita nas últimas eleições em que o Partido Socialista conseguiu, pela primeira vez, conquistar a Câmara Municipal, com maioria absoluta. Contudo, continua a subsistir, na vigência do Partido Social Democrata, o mesmo tratamento em relação às contas, o mesmo tratamento em relação ao Plano de Actividades que era fictício, era meramente ilusório. Eu não sei como é que era possível, sistematicamente, e durante todos os anos apresentarem planos de execução de quarenta milhões de euros e vão executar, conforme este mapa nos diz, apenas vinte milhões trezentos e oitenta e cinco. Isto é o grau de execução em relação ao investimento – trinta e três por cento. No fundo, nós temos óptimos planeadores, gostam muito de trabalhar com os chamados empolamentos de cinquenta por cento, eu nunca vi isso em lado nenhum se, eventualmente, essas pessoas estivessem a fazer um orçamento ou um plano de um Banco, já tinham ido embora há muito tempo.-----

----- Em relação às contas está tudo dito, continuamos com os mesmos problemas, em que se gasta em despesas de pessoal mais dinheiro do que se faz em investimento. Portanto, estamos aqui apenas para gerir pessoal e não para gerir investimento.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL**: -----

----- “O Membro Carlos Alberto Guerra disse que a posição do Partido Socialista era de abstenção mas eu sou contra e para explicar isto é um bocado difícil, é que este documento que está aqui põe em causa todo o funcionamento desta Assembleia e faz com que muito do vosso trabalho, de alguns que estão aqui, que pertenceram a anteriores Assembleias, muitos daqueles que foram eleitos, muitos da população que se interessam por estas situações, laboramos todos, há vários anos, numa coisa que se chama uma mentira. O que está aqui é uma mentira.-----

----- Portanto, assumo que, estou cá há quatro anos em Águeda, sou mentiroso de há quatro anos para cá.-----

----- E sou mentiroso porque deixei, por omissão, porque não me interessa, porque ninguém me explicou ou porque não tenho jeito, embora haja aqui pessoas com mais responsabilidades, que esta *mentira* tenha passado de ano em ano. E não basta nesta Assembleia, que agora iniciou funções, chegar aqui o meu companheiro Carlos Alberto e dizer que isto foi resolvido nas eleições ou por uma mudança eleitoral que pode ser melhor ou pior, não está aqui em situação, o que está aqui em situação é que a Assembleia não funciona, o que está aqui em situação é que a Assembleia não exerce o seu poder fiscalizador, ou se o exerce não consegue denunciar constantes ilegalidades e irregularidades cometidas ao longo destes anos e deixa chegar documentos como este relatório de prestação de contas de dois mil e cinco. E quando ele diz que o Partido Socialista não tem nada a ver com isto, até tem, tínhamos cá Membros do Partido Socialista. Eu sou do Partido Socialista, até tenho, sou município de Águeda e tenho a ver com isto.-----

----- E quando aparece um relatório destes de dois mil e cinco e se gasta papel a fazer um relatório que não tem o mínimo de credibilidade, que se gastou muito dinheiro em fotocópias, porque estar aqui isto ou não estar nada é a mesma coisa.-----

----- Estamos todos a colaborar numa mentira e, embora o problema seja o mesmo, esta mentira vai-se estender ao ponto cinco, ponto, um, cinco, ponto, dois e cinco, ponto, três.-----

----- O inventário é uma mentira, as contas do saneamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento são mentirosas, estas contas do relatório de gestão é uma mentira total.-----

----- Não há aqui, só se for em termos técnicos dos grandes economistas, que não

seja acerto de contas para que isto dê certo de qualquer forma, de acordo com o POCAL, de tal maneira que basta pegar na introdução que diz isto “para além dos valores apurados nestas contas pelo método contabilísticos utilizado nas últimas gestões existem, ainda, compromissos assumidos de natureza financeira que não estão apurados e que, segundo os dados preliminares revelados pela auditoria em curso, serão superiores a um milhão de euros” então, *além*, já passaram três meses e ainda existe *ainda*.-----

----- Então, isto aqui não vale nada. É que para “além” ainda há mais um milhão de euros.-----

----- Sei que nós vamos ter que, em quatro anos viver certamente com isto sei que o próximo orçamento, também, vai ser de certa forma mentiroso.-----

----- Sinto-me um bocado mal em votar estas coisas, pelo que o meu voto é contra, o meu voto será sempre contra uma situação destas, contra uma mentira, estamos a enganar-nos a nós próprios e estamos a perder tempo com isto, mais vale à Câmara e aos serviços contabilísticos que refaçam estas situações.-----

----- Logicamente, como Membro do Partido Socialista, irei abster-me, porque não tenho nada a ver com isto, mas como munícipe infelizmente tenho.”-----

----- Senhor Membro **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS**:-----

----- “O Centro Democrata Social tinha a intenção de deixar aos dois principais protagonistas desta Assembleia dirimirem sobre estas contas de dois mil e cinco e porventura na sequência disso, fazer alguns comentários marginais, mas eu, perante esta situação não posso deixar de cá vir para dizer o seguinte:-----

----- Há de facto algumas reservas sobre as contas de dois mil e cinco. O futuro dirá se essas reservas tem fundamento, se não tem fundamento, o futuro dirá se estamos perante algumas situações de erro contabilístico ou de pressuposto erro contabilístico tentado ou natural, ou se de facto estamos perante outro tipo de situações.-----

----- Na verdade, aquilo que o relatório afirma é preocupante, porque estamos a falar de muito dinheiro, um milhão de Euros não é propriamente meia dúzia de tostões.-----

----- Nesse sentido, eu também penso que estando neste momento na Câmara Municipal uma auditoria e esperando e acreditando que ela é uma auditoria isenta eu creio que no final o relatório dos Senhores auditores expressará aquilo que de facto

se passa.-----

----- Mas como subsistem algumas dúvidas relativamente a esta matéria eu não posso deixar de dizer que o Centro Democrata Social vai abster-se, nesta matéria, não por uma questão de irresponsabilidade, nós não temos problemas de apoiar aquilo que são contas, de apoiar aquilo que são dívidas ou de apoiar aquilo que são créditos, o que temos é problema de apoiar alguma coisa daquilo que desconhecemos.-----

----- Eu só fico preocupado é se o Partido Social Democrata se abstém, também, neste momento. É que, se há uma abstenção geral como é que vamos ficar com a aprovação das contas? É só essa a minha preocupação.”-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS**:-----

----- “Caro colega Professor António Martins, não fique preocupado, o Partido Social Democrata, a exemplo do que fez já na reunião do Executivo irá aprovar, favoravelmente, este relatório, sendo certo que depois há organismos próprios para se analisar se isto é uma mentira ou não. Parece-me que quando se vem para aqui falar em mentira, é desculpável ao Professor José Vidal, como ele disse e muito bem, se calhar por esquecimento o que também me parece é que foi pedida uma auditoria pelos serviços da Câmara, por este Executivo, e até este momento a Assembleia Municipal não conhece os resultados desta auditoria.-----

----- Vamos ter oportunidade de conversar no Orçamento, sobre essa matéria, mas ouvi aqui dizer que estavam à espera dos resultados finais da auditoria para fazer o Orçamento.-----

----- Não sei se agora nos vai ser apresentada logo a seguir com o Orçamento, se não, mas vamos ter oportunidade de constatar a diferença das mentiras.-----

----- Mas, estamos a aprovar contas de um mandato que o Partido Social Democrata iniciou e o Partido Socialista terminou assumimos a responsabilidade das contas. Elas são feitas pelos técnicos, não estamos a analisar o Plano de Actividades ou o Orçamento.-----

----- Portanto, iremos votar favoravelmente este ponto.”-----

----- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o assunto a votação tendo sido aprovado, por maioria, com o voto contra do Senhor Membro JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO, vinte e um votos a favor e dezasseis abstenções.-----

----- Senhor Membro **JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO – DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

----- “Os representantes do Partido Socialista na Câmara Municipal aprovaram a prestação de contas respeitantes no ano de dois mil e cinco, tanto da Câmara Municipal como dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Já se arrependeram.-----

----- Os meus colegas, representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Águeda, pesando os prós e contras, e para salvaguardar o recebimento atempado de verbas a que tem direito o Município de Águeda decidiram-se pela abstenção.-----

----- Mas...-----

----- Considerando que está a decorrer uma auditoria às contas de dois mil e cinco, na Câmara e nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

----- Considerando que o pedido de uma auditoria pressupõe a suspeita de irregularidades e de falta de transparência nessas contas.-----

----- Considerando que as dívidas e encargos encontrados ultrapassam os dezasseis milhões e seiscentos mil euros.-----

----- Considerando que após o apuramento das contas aqui apresentadas, continuaram a surgir facturas, não previstas, para pagar.-----

----- Declaro que:-----

----- Obviamente, coerentemente, e apesar de pressões demagógicas e do politicamente correcto. Voto contra.”-----

----- **CINCO . DOIS – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Relatório de Actividades e Contas de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento** relativo ao ano financeiro de dois mil e cinco.-----

----- Relativamente ao ponto cinco da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções: -----

----- Senhor Membro **JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL:** -----

----- “Reafirmo aquilo que já disse, mas aqui acrescento um dado, e aproveito, uma frase já dita aqui pelo anterior Membro Joaquim Albano que, virando-se para o Doutor Pinto Galvão disse: “o Senhor numa empresa estava despedido” taxa de execução catorze por cento, está tudo dito.”-----

----- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o assunto a votação tendo sido aprovado, por maioria, com o voto contra do Senhor Membro JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO, dezasseis abstenções e vinte e um votos a favor.-----

----- **CINCO . TRÊS – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação.**-----

----- Não existindo qualquer inscrição para intervir sobre este assunto, passou-se à análise e votação do ponto seis da Ordem de Trabalhos.-----

----- **SEIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – DOIS MIL E SEIS**, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco – A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

----- **SEIS . UM – Discussão e Aprovação da Proposta da Câmara Municipal quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Águeda** relativo ao ano financeiro de dois mil e seis.-----

----- A propósito deste ponto da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções:-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS**:-----

----- “Basicamente com quatro meses de atraso estamos aqui para discutir o Plano e Orçamento para dois mil e seis. E pasme-se ou não acabamos de discutir o ponto cinco, que era uma mentira, e porque é que era uma mentira? Porque o anterior Plano apresentado pelo anterior Executivo para o ano dois mil e cinco apresentava um Orçamento de trinta e nove milhões de euros, quando as receitas da Câmara são de vinte milhões de euros, isto tem sido cavalo de batalha ao longo de muitos anos neste local. O Partido Socialista sabia que isto era assim quando concorreu às eleições, quando explicou aos munícipes que ia iniciar uma nova política, que ia ter um outro rigor, que ia apresentar novos Planos. Sabia com tudo o que contava, sabia que o endividamento da Câmara eram quinze milhões de euros, como o próprio Presidente da Câmara o disse em entrevista ao Jornal de Notícias. Conhecia os dados todos e disse claramente e tem-no dito, ainda hoje o disse aqui, no ponto cinco, que isto era mentira, que se trabalhassem num banco, inclusivamente, eram despedidos. E até

pensei que estaria a sonhar ali sentado, pensei, claramente, que isto seria um dos sonhos, ou do Partido Socialista ou do Senhor Presidente da Câmara, ou dos sonhos do nosso futuro e porquê? Porque o que agora vamos discutir, efectivamente, não é um Plano de trinta e nove milhões de euros é um Plano de trinta e oito milhões de euros, há uma diferença de um milhão de euros.-----

----- Concretamente, o Plano apresentado em dois mil e cinco era um Plano de trinta e nove milhões e pico, sendo revisto depois a meio do Executivo para quarenta milhões. Neste momento o que estamos aqui a discutir é um Plano de trinta e sete milhões novecentos e cinquenta mil, ou seja, trinta e oito milhões de euros, para uma receita aproximada de vinte milhões de euros.-----

----- Depois de tudo o que se disse, eu pensava que este executivo chegava aqui e nos ia apresentar um Plano rigoroso para vinte milhões de euros. É assim que se faz nas empresas e há aqui vários empresários que conhecem como se fazem os Planos das empresas.-----

----- Sempre dissemos que ao nível do município, as regras eram diferentes, sempre dissemos que no ano seguinte tem que se pagar obras feitas do ano anterior. Este Executivo quando fez campanha e quando tomou posse conhecia exactamente a realidade.-----

----- Portanto, ou conhecia a realidade e mentiu às pessoas ou então desconhecia a realidade na altura, o que não é verdade, porque disse-o claramente em vários momentos, e eu estou-me a recordar do Senhor Carlos Guerra numa Assembleia de Fevereiro a dizer que estávamos à espera de uma auditoria para fazer um Plano com rigor, porque até aqui era tudo uma mentira. Eu ouvi estas palavras aqui na Assembleia Municipal, e eu agora fico confuso sobre esta matéria, porque vêm para aqui falar em mentira e despedimentos bancários, vêm para aqui pôr em causa capacidade profissional de algumas pessoas, mas isso é matéria que um dia se discutirá. E se não vim falar no ponto cinco é porque eu acho que o ponto seis, que é o nosso futuro, é que tem que ser discutido. Eu e o Partido Social Democrata entendemos que este Plano vem dar razão à forma como o Partido Social Democrata vinha apresentando os Planos.-----

----- Eu também estou de acordo que se tem que melhorar, mas entendo que nas condições que existem ao nível dos municípios, é difícil melhorar muito mais os Planos.-----

----- Em relação às questões da Câmara Municipal eu atrever-me-ia a dizer que ficaremos contentes daqui a quatro anos se estivermos a falar dos mesmos valores de endividamento, porque eu penso que a Câmara Municipal de Aveiro tem cento e oitenta milhões de euros de dívida, com uma conta de gerência também não muito superior à Câmara Municipal de Águeda, duas vezes e meia a mais.-----

----- Eu penso que nós devemos ser realistas, não devemos fazer política barata e temos que perceber que o endividamento que a Câmara Municipal de Águeda tem, obviamente, que é grande, mas comparativamente com os outros municípios não é demasiado, muito pelo contrário. Se calhar se soubéssemos que vinha a Lei da Manuela Ferreira Leite, quem cá estava tinha-se endividado mais porque tinha feito obra para nós usufruirmos desse facto, foi o que fizeram os outros municípios.-----

----- Obviamente que eu gostava que depois o Doutor Carlos Guerra me viesse dizer, de peito aberto, que este Plano que estamos aqui a discutir para o ano de dois mil e seis que é o seu Plano, que é o tal Plano do rigor que o Senhor prometeu, dos trinta e oito milhões, que é o Plano que o Senhor apoia e que faria o mesmo como se estivesse num Banco.-----

----- Em relação à auditoria, que também aqui nos foi dito várias vezes, que estavam à espera dela, este Plano avançou sem auditoria. Nós continuaremos à espera, quando tivermos auditoria teremos oportunidade de analisar os dados da auditoria e então aí verificaremos as irregularidades, as mentiras, as opções contabilísticas. Tudo isso teremos oportunidade de discutir.-----

----- Agora, eu quero dizerque este Plano que aqui está demorou seis meses a ser apresentado. Para ser uma quase cópia do passado, eu penso que não era preciso tanto tempo. Também vos quero dizer que se o Executivo demorou seis meses a elaborar um Plano, o deram aos nossos Vereadores da oposição, aos Vereadores do Partido Social Democrata, apenas dois dias para os mesmos serem analisados.-----

----- Reconheço que os nossos Vereadores têm uma capacidade invulgar, mas eu penso que, também, não é necessário serem tão exigentes com eles. Dar-lhes mais algum tempo seria concerteza útil e seria proveitoso na área do diálogo. Também seria interessante que eles tivessem sido ouvidos previamente sobre o Plano de Actividades, porque não o foram e estamos a falar de diálogo, estamos a falar de transparência estamos a falar de novas formas de governar o Município, não vale a pena virmos para aqui dizer o contrário, é que não foram ouvidos.-----

----- Ainda hoje, os Presidentes das Juntas de Freguesia estão à espera da reunião prometida pelo Senhor Presidente da Câmara, porque quando fez a primeira reunião pediu-lhes que enviassem os seus próprios Planos e foi-lhes prometido que a seguir haveria uma reunião, a exemplo do que se fazia no passado, com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia para lhes ser comunicado e ser conversado sobre a sua proposta das obras a ser incluídas.-----

----- Ainda hoje eles continuam ali sentados à espera, se calhar vêm-nos criticar porque eles não falam, mas terão oportunidade, se quiserem, de vir aqui dizer se é verdade ou se é mentira.-----

----- Esta é a nova forma de diálogo que nós temos, é a nova forma de governar que nós temos.-----

----- Eu vejo aqui no documento que o Senhor Presidente nos apresenta, na página três, o seguinte:-----

----- *“A acção das Juntas de Freguesia é um elemento fundamental na dinâmica que pretendemos para o Concelho. Esta preocupação está espelhada na forma como atendemos ao seu funcionamento e apoiamos a sua acção. Num ano em que as restrições económicas são enormes propomo-nos manter as dotações previstas ao nível do que vinha sendo praticado e aumentámos o seu valor com a introdução de um nova rubrica....”*, diz o Senhor Presidente da Câmara que não só mantiveram como aumentaram as dotações para as Juntas de Freguesia. -----

----- Eu vou começar a explicar o que é isto, para que nós percebamos melhor: no Plano de dois mil e cinco, as Juntas de Freguesia recebiam verbas do Orçamento do Estado e da Câmara Municipal. Da Câmara Municipal receberam um total de quinhentos e sete mil e quinhentos euros, é o valor que estava previsto. Este ano a Câmara apresenta-nos um valor de quinhentos e cinquenta e um mil euros, diremos que subiu dez por cento e ficamos todos contentes, é um bom exemplo da Câmara.---

----- Pois é meus Senhores, mas isto é uma mentira, e digo que é uma mentira provando-o, porque há cem mil euros de verba em que diz o seguinte: *“.....verba destinada a material a fornecer pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia em regime de conta corrente...”*. Isto quer dizer que as Juntas de Freguesia podem ir aos armazéns municipais buscar no valor de cem mil euros, estou a falar de valores globais, não estou a falar de Freguesia por Freguesia, materiais neste valor. Ora, isto até era interessante, mas basta que nós saibamos analisar as contas, que vamos ver

que no ano de dois mil e cinco temos em fornecimentos de matérias primas e outros uma verba de um milhão duzentos mil euros e costumamos ter à volta de oitocentos mil euros.-----

----- E isto são materiais que as Juntas e o Município utilizam dos armazéns e que mais de cinquenta por cento deste valor são as Juntas que vão buscar aos armazéns.-----

----- E isto, são valores que já eram dados às Juntas, não era preciso estarem agora aqui a pô-los, se os quiserem aqui pôr e se quiserem a tal transparência até acho muito bem. Peguem numa verba que eram oitocentos mil euros e digam: “...há uma parte que é para a Câmara Municipal que serão cinquenta por cento e os outros cinquenta por cento é o que as Juntas já levaram....”. Então ponham cá os quatrocentos mil euros, porque isto era o que elas levavam mas não era contabilizado. Não vale a pena porem aqui cem mil euros porque isto é pura propaganda política e porquê? Porque o que a Câmara Municipal vai transferir para as Juntas não são quinhentos e cinquenta mil euros, são quatrocentos e cinquenta mil euros e portanto se não houve um aumento de dez por cento, houve uma redução de dez por cento. E se os Presidentes das Juntas que aqui estão, que fizeram parte dos anteriores Executivos, quiserem dizer o contrário que venham aqui porque era a forma como nós tínhamos que funcionar. Meus amigos, isto é que é transparência.----

----- Transparência, Senhor Membro Carlos Guerra, é falar verdade, saber assumir o futuro e saber também assumir os erros do passado. Isto é que é transparência, não é vir aqui com meros relatórios tentar-nos tapar “o sol com a peneira”, porque isto não é forma de fazer política.-----

----- Como o Orçamento não é nosso, como entendemos que este Orçamento é pouco ambicioso, como entendermos que este Executivo foi eleito nas urnas e tem o direito de governar com o seu próprio Orçamento, entendemos que neste momento não devemos cortar as pernas e por isso a posição do Partido Social Democrata sobre este Orçamento é de abstenção, para dar exactamente a hipótese do Executivo gerir o seu próprio Orçamento.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA**:-----

----- “Quanto a este ponto e com um bocado de emoção quero dizer que com este Orçamento a Freguesia de Aguada de Cima sai deveras prejudicada.-----

----- Primeiro, numa reunião que todos os Presidentes das Juntas de Freguesia

tiveram com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu propus ao Senhor Presidente que houvesse posteriormente uma reunião com cada Junta de Freguesia para discutirmos o Plano, como aconteceu nos últimos oito anos nesta Câmara Municipal.-----

----- Essa reunião, como já foi dito aqui, não se realizou, o que é lamentável. E chamam a isto transparência?-----

----- Isto é brincar com as pessoas e vou-lhes explicar porquê.-----

----- No quadro das transferências aparece uma rubrica, isto falando de Aguada de Cima, que no ano passado totalizava quarenta e um mil trezentos e sessenta e dois euros e vinte e um cêntimos e este ano resume-se a trinta e nove mil trezentos e vinte e oito euros e trinta e cinco cêntimos, menos dois mil e trinta e três euros e oitenta e seis cêntimos, e eu já sei qual é a explicação que vão dar, é porque a Junta de Freguesia tem um funcionário que é da Câmara Municipal.-----

----- Desse valor, dos trinta e nove mil trezentos e vinte e oito euros e trinta e cinco cêntimos, vão ser descontados em materiais de armazém seis mil oitocentos e dez euros. Significa que vão descontar os tais seis mil oitocentos e dez euros em material. Eu deixo de receber esses trinta e nove mil trezentos e vinte e oito euros e trinta e cinco euros e vão-me descontar os tais seis mil oitocentos e dez euros em material. Eu proponho que esse valor, para quem quiser, seja em dinheiro, porque eu quero comprar aonde eu quiser. Espero que esta minha proposta seja aceite.-----

----- Quer isto dizer que as Juntas de Freguesia perdem o direito de comprar onde querem. -----

----- Ao longo de oito anos eu bati-me aqui com todos os Executivos de ano a ano, para que o montante das transferências fosse aumentado e agora vejam os resultados que eu tive, este ano o montante de Aguada de Cima foi diminuído em dois mil trinta e três euros e oitenta e seis cêntimos.-----

----- Nós temos muitas actividades na Junta de Freguesia de Aguada de Cima, com as acções das Associações, com as festas e outras, e cada vez é mais difícil gerir o dinheiro que cada vez é menos.-----

----- Mas, hoje até me estão a dar aqui razão em muitas coisas, tais como:-----

----- Os tais protocolos de obras feitas, que tanto o colega Carlos Guerra tem insistido em falar, afinal continuam, como vocês puderam verificar, como prova o protocolo efectuado recentemente na reunião de Executivo de vinte de Abril de dois

mil e seis com a Junta de Freguesia de Travassô, no valor de oito mil euros, também foi para obras já feitas. Onde é que está a transparência? Onde está a mudança?-----

----- Depois, perguntei em relação ao Tribunal, como podem verificar vamos ter um *concelhozinho*, não é para termos obras grandes, é para termos ampliações.-----

----- Nós queremos obras grandes no Concelho de Águeda. Então compramos o terreno, a Câmara Municipal oferece o terreno para construir o Tribunal. E o que é que surge? Surge o Presidente da Câmara, porque o Governo é Socialista, a bater nas costas do Senhor Primeiro Ministro para ampliar o Tribunal.-----

----- Esperámos seis meses para ter este Plano e Orçamento, que devia ter sido apresentado no final de dois mil e cinco. Eu disse-o aqui e o Senhor Membro Carlos Guerra em resposta disse que íamos ter um Orçamento realista, vejam, o que é que isto tem de realista, orçamento de trinta e oito milhões de euros é igual aos outros que tantas vezes criticou.-----

----- Mas para é que estão a inventar, eu disse logo que tinha que ser um orçamento assim.-----

----- Felizmente começam a dar-me razão.-----

----- Havia a questão da incineradora, toda a gente se ria, mas a afinal os estudos apontam para essa solução.-----

----- Felizmente que as minhas ideias começam a ter algum sentido e louvo o Senhor Presidente da Câmara Municipal por me convidar, logo de imediato, para colaborar nesse projecto e aí tenho que lhe dar os parabéns, porque eu não estou aqui só para criticar, já lhe disse que estou disponível para colaborar em tudo para o bem do Concelho de Águeda.-----

----- Quanto às prioridades da Junta de Freguesia, eu mandei uma carta de intenções, para a Câmara Municipal, como era habitual, mas as prioridades englobadas no Orçamento foram as do Executivo Camarário e não foram da Junta de Freguesia. Porque terá acontecido assim? -----

----- Quanto à diminuição dos valores das transferências, eu nem me quero alargar, apenas queria que nos pagassem os protocolos, porque a Junta de Freguesia de Aguada de Cima está numa situação aflitiva. Temos fornecedores a preparar acções contra a Junta de Freguesia sobre facturas vencidas, felizmente que ainda tenho algum crédito e resolveram adiar a acção.-----

----- Estamos em Abril, já passaram quatro meses e não transferem um valor de

um protocolo. Transferiram três mil e quinhentos euros. Eu acho que é liquidar a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e é fazer pouco das pessoas. Fazer pouco das pessoas que se esforçam bastante por este Concelho.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL:** -----

----- “Em relação ao Plano e Orçamento começo por concordar com algumas das ideias emitidas aqui pelo Engenheiro Hilário Santos. Não há dúvida que em termos de escrita, foi aquilo que eu disse, nós colaboramos todos numa mentira constante, porque em termos da escrita este Plano e Orçamento que aqui está, a não ser pelos técnicos das contas que dizem que tem que ser assim, para nós que vamos olhar para isto é uma mentira, foi o que eu há bocado afirmei. Mas, afirmei mais, em relação a dois mil e cinco. É claro que até falta um milhão de euros para já e há outras facturas a chegar e aquilo nem sequer está certo, nem para a frente nem para trás, porque não há maneira de estar certo, porque nem sequer as taxas de execução de trinta e dois por cento são realistas. -----

----- Mas concordo consigo, eu não sou técnico de contas, não percebo porque tem de ser assim, porque se realmente a receita é os vinte e cinco milhões de euros é o que deveria estar, deveria ser assumida a despesa de trinta e sete milhões e passaríamos para dois mil e sete com doze milhões. -----

----- Mas não percebi aquela situação que andou aqui a explicar para as Freguesias. Parece-me claro e objectivo, pode ser menos do que era, como disse o Engenheiro José Oliveira, pode ser pouco. Concordo, perfeitamente com ele quando disse que não houve reuniões, devia ter havido, porque a participação é fundamental. Agora o que eu não percebi foi quando o Engenheiro Hilário Santos falou nos oitocentos mil euros que não eram contabilizados, então recebiam como? Não apareceram as facturas? Gostaria de perceber o que é contabilizado e o que é não contabilizado.-----

----- Em relação a este projecto das Freguesias eu acho que é claro, há Freguesias que beneficiaram de acesso directo aos armazéns e aos materiais da Câmara, e há outras que não beneficiaram. Há pessoas que, no seu entender, trabalharam melhor ou pior, a verdade é que todos eles fizeram o melhor que há pelas suas Freguesias, todos eles se esforçaram, uns têm mais jeito, outros têm menos jeito, uns têm mais conhecimentos outros têm menos conhecimentos, cada um deles fez aquilo que teria a fazer na altura.-----

----- Mudaram as regras no acesso aos armazéns, é obrigatório que este Executivo chegue ao final de dois mil e seis com as contas a dar certo, é obrigatório que passe a haver contas certas.-----

----- Quando nós falamos nos vinte milhões de dívidas da nossa Autarquia, ao lado dos cento e oitenta milhões de euros da Câmara Municipal de Aveiro ou dos quarenta milhões da Câmara Municipal de Viseu, falamos da mentira que se estende não só ao nosso Município mas a todos os Municípios e que torna o esforço destes homens que representam as Juntas, que representam os Executivos e as Assembleias, torna muitas vezes o nosso esforço, aquilo a que nós poderíamos chamar as pessoas de bem e que torna muitas vezes utópico considerar-se que o poder local foi a maior conquista do Vinte e Cinco de Abril. A maior conquista do Vinte e Cinco de Abril foi a liberdade, a liberdade de falarmos, de criticarmos e a liberdade de controlarmos as nossas acções e de não permitirmos os quarenta milhões aqui e os cento e oitenta milhões acolá que descaracterizaram as nossas cidades, que descaracterizaram e deram cabo dos nossos recursos, que permitiram a corrupção desenfreada, que permitiram que houvesse diferenciação, que aumentasse o número de ricos mais ricos e pobres mais pobres em Portugal.-----

----- O poder local foi fundamental para o desenvolvimento, mas o poder local desorganizado e de corrupção foram fundamentais para a má experiência e mau desenvolvimento do nosso País.-----

----- Em relação ao Orçamento, eu esperava mais deste Plano, porque sei que é possível fazer mais, com a capacidade que as pessoas têm e quando constituem o Executivo é com aquilo que nós esperamos.-----

----- Eu sei que houve opções aqui e optou-se, por tentar arrumar uma Câmara Municipal que não está fácil, tentar verificar e simplificar determinado tipo de comportamentos, de acções e talvez a vereação e desde já saúdo a acção dos Vereadores da oposição, que segundo camaradas meus dizem que eles são uns chatos, que pedem tudo, pois acho muito bem que eles peçam tudo e sejam chatos, porque só assim é que estão a desenvolver perfeitamente a sua acção.-----

----- Eu também esperava um bocado mais, estou a ser franco e digo-o ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- No entanto, houver alguns pontos de mudança: simplificação, desburocratizar processologias em termos de obras, em termos de acessos aos serviços, em termos

de respostas dos serviços, em seis meses, apesar de só aparecer agora aqui, já estão executadas diversas determinações que tem permitido que isto se verifique.-----

----- Fala-se também aqui em algo que é importante que é o exemplo da Pateira, que serviu logicamente para a campanha eleitoral, mas ainda bem que se começa a resolver o problema. Mas é fundamental o exemplo da Pateira como uma decisão e uma acção que deu exemplo de requalificação ambiental e da charneca que pode ser a Pateira no desenvolvimento ambiental e do eco-turismo em termos do Concelho.-----

----- Desanima-me ver isto, mas certamente que é assim, este Plano investe um milhão e novecentos mil euros em dinheiro em novas actividades, num Plano de trinta e sete milhões, que são irrealis, porque eu acho que devem ser para aí uns vinte e cinco milhões. Mas portanto, investe-se só um milhão e novecentos mil, é muito pouco, quase nada, porque há compromissos assumidos pelas Câmaras anteriores que têm que ser pagos.-----

----- Em relação ao Plano há algumas situações novas na área da educação, por exemplo, no lançamento dos programas de educação física no primeiro ciclo, uma coisa que todos os Concelhos têm, menos o nosso.-----

----- O avanço na aprendizagem da natação, que inclusivé vão salvar uma obra que foi feita sem planeamento, sem autorização, sem condições técnicas e alterada sistematicamente e que esta Câmara continua a apoiar, porque há protocolos e eu quanto a mim até continua a apoiar bem, isto parece um contra senso.-----

----- Só é pena que as piscinas construídas em Valongo não tenham sido pensadas pelo Executivo e pela Junta de Freguesia numa perspectiva do Concelho e não numa perspectiva das piscinas de Valongo do Vouga.-----

----- Nem sei quais são as responsabilidades da Câmara além de dar o dinheiro, se depois poderá organizar actividades e se serve outras populações. Não podemos fazer vinte piscinas, mas uma está bem localizada na zona norte, em Valongo, qualquer dia temos que realizar uma na zona sul, em Aguada de Cima, Barrô ou Aguada de Baixo, de maneira a abarcarmos três pólos de desenvolvimento em termos de natação. Vê-se só que vai haver natação no primeiro ciclo, na educação física, temos que ir mais longe, há condições em todas as escolas. Acho que é uma boa intervenção a esse nível.-----

----- No desporto e em todo o resto está um pouco genérico, eu julgo que isto vai ser muita gestão, algumas alterações comportamentais, muito pouco dinheiro, vai ser

mais a gestão de expectativas e eu acho que, se possível, eu peço ao Executivo que resolva problemas como o do Engenheiro José Oliveira e de todas as outras Juntas de Freguesia, na possibilidade não de novas obras, não vamos estar a pensar em novas obras, temos que requalificar o Concelho, não com uma obra de Barrô mas percebendo-se se a obra de Barrô é útil para cinco ou seis Freguesia envolventes.-----

----- Portanto, temos que começar a deixar-nos das nossas capelinhas, das nossas Freguesias para desenvolvermos projectos.-----

----- Aproveito para felicitar, no âmbito de algumas sinergias que são apontadas aqui no Plano e Orçamento, dar como exemplos já que se falou em Barrô, uma actividade que vocês devem seguir com atenção e que está a começar agora, que é o “*Estás em Barrô – Mexe-te*”. Um projecto qualificado de associação, de interacção entre a Autarquia e muitas associações, de maneira a que dá um salto em frente naquilo que deve ser. Não é estarmos à espera da Câmara ou de dinheiros. Mas vamos é juntar-nos primeiro com os recursos que temos, como por exemplo, a Associação da Bela Vista que fez com a Escola Secundária Marques Castilho outra cooperação, é aí que reside o ponto fulcral de um êxito de um Plano.”-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS**:-----

----- “Quero apenas esclarecer o Senhor Professor José Vidal, quando eu disse que aqueles valores não eram contabilizados é na óptica das verbas a atribuir às Juntas de Freguesia. Eles estão contabilizados na contabilidade da Câmara Municipal. Por isso nós sabemos que em dois mil e cinco, se o Senhor analisar o relatório de contas, as vendas de matérias primas são à volta de um milhão e duzentos mil euros, e sabemos que em dois mil e quatro foi à volta de oitocentos mil euros. O que estamos a analisar, quando eu disse que não estavam contabilizados, é na óptica das transferências para as Juntas de Freguesia. Mas, sabemos que esses valores, pelo menos uma parte e o Senhor Presidente da Câmara Municipal que já concerteza terá tido a oportunidade de analisar isso, nos dirá se é verdade ou se é mentira, que pelo menos cinquenta por cento destas verbas seriam utilizadas pelas Juntas de Freguesia.-----

----- Em relação à intervenção do meu colega José Oliveira, eu posso ter interpretado mal, pelo que vou ler o que diz aqui nas transferências para as Juntas de Freguesia: “.... *Armazéns, verba destinada a material a fornecer pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia em regime de conta corrente...*”, se isto não é as

Juntas terem uma verba para ir buscar material à Câmara, que me expliquem de outra forma. A não ser que o Senhor Presidente já tenha dado a entender que vai dar a possibilidade às Juntas de lhes dar essa verba e elas irem buscar os materiais a outros sítios, obviamente, que ficamos contentes, porque há aqui uma alteração importante no princípio.”-----

----- Senhor Membro **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS**:-----

----- “Eu acho que devo dizer aqui uma coisa que me parece extremamente importante. Muitas vezes os pedidos que as Junta de Freguesia fazem relativamente a certos tipos de obras, na minha opinião e nalguns casos, são extremamente discutíveis, porque algumas são desenquadradas da estratégia da Câmara, em termos de desenvolvimentos Municipais.-----

----- E pressupondo que a Câmara Municipal tem um Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município, as obras das Juntas de Freguesia devem enquadrar-se nesse Plano Estratégico, e correrem conjuntamente com o desenvolvimento do Plano Estratégico.-----

----- Acontece que muitas das vezes pedem-se estradas e depois não se sabe para que é que elas servem, porque elas estão lá anos e anos a valorizar terrenos, sem que a construção aumente, com as pessoas a terem que se deslocar para Freguesias vizinhas porque não encontram soluções de construção. Nós discutimos muito, eu discuti muito, o dinheiro que se gasta e acho que muitas vezes os Executivos, nomeadamente os Presidentes da Câmara, que deixam marginalizar e deixam fazer um certo tipo de obras, à margem daquilo que é o desenvolvimento global municipal, fazem muito mal, porque desperdiçam dinheiro e hipotecam algum futuro ao município.-----

----- Eu quero dizer aqui que quanto às transferências para as Junta de Freguesia estou de acordo que é um bocado relativo. Aquilo que o Senhor Presidente aqui está a fazer é disciplinar as entradas e as saídas, é dar às pessoas a oportunidade de entrarem pela porta da frente e poderem sair pela porta da frente e aí estou plenamente de acordo. Não pode haver beneficiados e menos beneficiados. E poderemos questionar aquilo que a cada um vai ser dado, em função das necessidades de cada Freguesia, poderemos não estar de acordo que este leve cento e vinte e o outro só leve oitenta. Agora, que aquilo que está lá dentro tem que ir para quem dele precisa e tem que ser contabilizado e rigorosamente fiscalizado, aí estou

de acordo.-----

----- Mas isso é unicamente, Senhor Presidente, aquilo que este Plano nos apresenta, porque de facto, também concordo que, em termos de aumentos, ninguém vai sair grandemente beneficiado.-----

----- Depois, também gostaria de citar alguém que em tempos estando em Águeda disse que *“Águeda precisa de uma voz mais forte, mais activa, que se faça ouvir na região e em Portugal, e isso passa por uma Câmara forte, com um projecto responsável sério, ambicioso e inovador”*. Eu creio que isto terá sido dito com convicção. Mas olhando para o Plano que o Partido Socialista e o seu Executivo nos propõem, eu devo dizer que isto está totalmente descabido e que não passaria de prosa.-----

----- Porque eu dir-lhe-ia, Senhor Presidente que, pela análise que fiz das contas, comparando os relatórios das contas de dois mil e cinco e dois mil e seis, este Orçamento vai empolar as despesas de pessoal em dez por cento e vai empolar a aquisição de bens e serviços em vinte e oito, vírgula, sete por cento, tendo em contrapartida o aspecto extremamente negativo, que o total das despesas de capital baixou vinte e quatro por cento. Portanto, Senhor Presidente, este Plano tem da nossa parte bastantes reticências. E os números, de facto, não mentem, porque as despesas correntes em dois mil e seis aumentam, salvo melhor contabilidade, dois milhões setecentos e vinte mil euros. As receitas correntes diminuem um milhão setecentos e setenta mil e podemos dizer que há aqui um valor relevante que é previsibilidade da quebra dos impostos directos de dois milhões de euros.-----

----- Portanto, quando se aumenta a despesa corrente e as receitas vão diminuir, nós começamos a pensar que na verdade aquilo que se diz e a projecção que se faz está um bocado de acordo com o Governo do Partido Socialista, que também baixava tudo, mas ainda não conseguiu baixar as despesas da máquina do Estado.-----

----- Depois, eu dir-lhe-ia em tons genéricos que entendemos que um Executivo que começa um mandato e que tem quatro anos pela frente, deve ter um Plano Estratégico Plurianual e deve projectar em quatro anos aquilo que pensa que é capaz de realizar e que é capaz de fazer. Primeiro, em função das receitas reais que vai ter e em segundo lugar da previsibilidade daquilo que vai conseguir arranjar, através dos diversos Ministérios e das diversas Secretarias de Estado.-----

----- Como o Senhor Presidente sabe, há Planos de contingências e Planos de

correção e há também Orçamentos de correção. No ano passado tivemos aqui um apresentado pelo Partido Social Democrata, para ratificar o Orçamento que tinha inicialmente sido proposto.-----

----- Portanto, estamos sempre a tempo de lhe dar aqui também o nosso voto para que o Senhor Presidente corrija tudo aquilo que for sério e honesto, tendo em consideração a alteração de determinado tipo de variáveis, que se vão ao longo do caminho apresentando ao Executivo.-----

----- Mas, na verdade, eu lamento Senhor Presidente dizer-lhe que estou decepcionado, porque de facto aquilo que o Senhor nos apresenta é um Orçamento de mercearia, vamos trabalhar a um ano e ver como as coisas vão funcionar. Em termos de futuro a inovação não está cá. Eu reconheço que o Senhor tem tido um trabalho difícil, reorganizar a máquina da Câmara não é fácil, particularmente porque nós, quando se trata de mudanças e aí somos todos iguais, estabelecemos sempre uma certa resistência à mudança e sei que o Senhor tem um trabalho difícil pela frente.-----

----- Mas, esse trabalho não deve impedi-lo de ser ambicioso e não o deveria ter impedido de tentar projectar neste Orçamento um Plano de acordo com a sua ambição para o Município, com aquilo que o Senhor entende que vai ser capaz com a sua equipa de fazer. E o Senhor tem na sua equipa gente que já tinha experiência de passar pelo Executivo, e eu penso por isso que o Senhor foi buscar as pessoas também pela sua própria experiência. Mas creio e estou tentado a dizer que isto é um Plano de medo, é um Plano em que o que o Senhor pretende salvaguardar a sua gestão imediata, escudando-se naquilo que é o problema de todos os dias, que é a falta de dinheiro. Mas nós sabemos que essa falta de dinheiro existe todos os dias nas empresas, existe a nível do Estado, existe em todo o lado e a Câmara Municipal não é mais que nenhuma das outras entidades e, portanto, tem também graves dificuldades.-----

----- Mas, é na dificuldade muitas das vezes que se vê o rigor da gestão, da capacidade de gestão e a inovação de gerar alguma gestão diferente daquela que estava sendo feita anteriormente.-----

----- Por isso, nesse aspecto, o Centro Democrata Social está decepcionado, honestamente lho digo, com o Plano que nos apresentou, porque em termos de projectar este Município em quatro anos, em termos ambientais, do desporto, do

turismo, da confluência económica com as estruturas locais da empregabilidade, do comércio, e da segurança, excepto algumas referências no caso da Protecção Civil que aí são feitas, o Senhor não tem nada que nos diga que devemos acreditar e devemos de peito aberto estar com este Executivo, porque independentemente de não ser da nossa cor, é do nosso Município e é nosso também.-----

----- Portanto, nessa matéria eu devo lamentar e dizer-lhe que o Centro Democrata Social não vai votar favoravelmente este Plano e Orçamento.-----

----- Mas, Senhor Presidente, como também já tive oportunidade de lhe dizer, e reconhecendo-lhe a dificuldade que tem neste momento, com qualquer um de nós se lá estivesse teria, nós sabíamos quando concorremos qual era a situação e prevíamos que ela seria pior do que aquilo que se imaginava que poderia ser. Aliás, está genericamente a sê-lo na grande maioria das Câmaras do País, e portanto, não tínhamos dúvidas de que a missão é difícil e como já tive oportunidade de lhe dizer, nós vamos dar-lhe, apesar de tudo, algum benefício de dúvida, mas vamos dar-lho por um tempo determinado, o tempo que o Senhor Presidente vai ter necessidade de reestruturar a máquina para partir para o futuro e não voltar nunca mais a apresentar-nos um Plano como este.-----

----- E é nesse sentido e dando-lhe o benefício da dúvida que eu lhe disse que lhe daríamos alguma tranquilidade, salvo a fiscalização que temos que exercer, durante um ano, é por esse período que nós lhes vamos dar o benefício abstendo-nos, na votação deste Plano e Orçamento.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “Não era este o Plano que nós gostaríamos de apresentar e apresentá-lo hoje ou apresentá-lo a quatro ou cinco meses atrás na realidade é praticamente a mesma coisa.-----

----- A única coisa que nós queríamos nessa altura e que não fomos capazes, porque não nos deram esses resultados, era ter a auditoria completa e ter esses dados objectivos para espelhar aqui e partir para outra realidade. Não foi possível e portanto avançamos neste momento dentro das normas legais e que estão estatuídas no País.-----

----- Também quero aqui deixar claro que está uma auditoria a correr e eu não entendo uma auditoria como sendo por haver suspeitas. Para mim as auditorias são instrumento necessário à gestão. Posso dizer que já falei com os serviços da Câmara

e que dentro de dois anos terei outra auditoria pedida por mim, do mesmo tipo, para saber qual foi a evolução.-----

----- Na realidade, o quadro que temos neste momento nas Autarquias é tão simples como isto, o endividamento em dois mil e seis não pode ser superior ao de dois mil e cinco. Nós não podemos ter mais encargos assumidos em dois mil e seis do que tínhamos em dois mil e cinco. Também, e já respondendo ao que se passa relativamente ao pessoal, não podemos ter mais encargos com pessoal do que aqueles que tínhamos no ano anterior, salvo os que são obrigatórios por Lei.-----

----- Mas, houve aqui algumas situações com as quais nós fomos surpreendidos, por exemplo com a situação que se chama RO's e pagámos no primeiro trimestre quase tanto como no ano anterior todo. Mas, no final cá estaremos para mostrar a nossa gestão e a forma como estivemos a gerir durante este ano, em recursos humanos e não só, a Autarquia.-----

----- Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, e sobre os materiais para as mesmas, aquilo que lá está efectivamente é que são materiais dos armazéns, mas não pomos que as Juntas de Freguesia nos digam que não querem ir buscar os materiais aos armazéns, ficam com o dinheiro, para nós tudo é dinheiro.-----

----- O que se passa é que vai haver transparência. Há algumas Juntas de Freguesia que vão receber muitos mais materiais que receberam no ano passado.-----

----- E quero dizer-lhe, Senhor Presidente José Oliveira, que se enganou nas contas, o Senhor não vai receber menos dois mil e trinta e três euros, vai receber muito menos a menos. Eu lamento, mas tem que ser assim e aquilo que nós assumimos com uns assumimos com outros.-----

----- Vamos ser transparentes. Aquilo que vamos transferir para as Juntas de Freguesia, efectivamente, é mais dinheiro do que foi no ano anterior, de forma clara. Estamos a fazer um esforço, nós temos menos dinheiro do que o ano anterior.-----

----- As transferências são iguais e os encargos com o pessoal são maiores, portanto, temos menos dinheiro e nós assumimos.-----

----- Esta é que é a realidade e é com esta realidade que nós vamos viver durante este ano e previsivelmente nos próximos anos.-----

----- Ainda anteontem estive num Município vizinho e aquilo que os meus colegas Presidentes falavam é antecipação de receitas. Onde é que a Câmara Municipal de Águeda pode antecipar receitas? A Câmara de Aveiro está muito endividada mas vai

vender terrenos que lhe permite amortizar a dívida. Onde é que a Câmara de Águeda vende terrenos? Onde é que a Câmara de Águeda vai buscar dinheiro para pagar as dívidas? A receita que foi feita no passado, que foi utilizada, foi ir à banca. Mas isso acabou também, nós não podemos ir à banca mais do que está estipulado, não podemos estar para aqui a meter dinheiro, onde é que o vamos buscar? Mas, mais grave do que isso, qual é o Plano de Desenvolvimento do Concelho? Qual é a nossa linha de rumo? O que é que nós vamos fazer? Isto foi discutido aqui, alguma vez, foi pensado? Não estará na altura de começarmos a pensar? Mas há quantos anos foi feito o Plano Estratégico? Quantas vezes foi aqui discutido? Quantas vezes foi implementado? Quantas vezes chamou as pessoas para começarmos a dar as mãos e construir um Concelho? É isto que falta e este Orçamento é o possível e ponto final.-----

----- Eu gostava de fazer muito mais coisas, eu tenho mais ambição. Também podia pôr aqui coisas para não realizar, Planos lindos, é fácil de os fazer. Mas vamos continuar a enganar a todos? Ou vamos assentar os pés no chão e vamos encontrar um rumo, um caminho? Como é que vamos e para onde é que vamos levar o Concelho? É isto que eu acho que nos tem faltado, saber qual é o rumo do desenvolvimento. -----

----- A Câmara Municipal só pode ter um papel, que é potenciar o investimento dos privados. E vamos ter de ser muito habilidosos e ter muita capacidade de diálogo para conseguir trazer isso, porque a Câmara Municipal de Águeda, sejamos realistas, não tem património, não vende nada. Aliás, tem muitos milhares de contos de terrenos para comprar, que são necessários para algumas obras que são prementes de serem feitas. Esta é a nossa realidade.-----

----- Também dissemos que no primeiro ano queríamos organizar a casa. E acho que não há aqui ninguém que possa dizer que não temos feito isso. Quem acompanha o trabalho que temos feito internamente pode ver o que tem sido feito.-----

----- E, contrariamente, a outros que não diminuem o peso de estrutura, nós temos diminuído o peso da estrutura e estamos convencidos que o vamos diminuir ainda mais.-----

----- Nós estamos apostados em termos uma Câmara transparente e eficaz. Posso dizer-vos que em termos de consumos de combustível já descemos a factura de uma forma acentuada, da casa dos vinte mil para doze mil litros de combustível / mês. Isto

é começar a ter controle e a ter acompanhamento e há outras áreas em que o estamos a fazer.-----

----- Contrariamente aquilo que se possa imaginar, não são as máquinas que estão paradas, nós só temos uma máquina parada, há é um controle efectivo. Porque a Câmara Municipal de Águeda é uma empresa e tem que funcionar como uma empresa. Eu quero estar aqui e prestar-vos contas, olhos nos olhos, dizer-vos que a obra x custou tanto, que levou tanto de mão de obra, que levou tanto de recursos humanos. Isto tem de funcionar assim, este dinheiro é vosso, é de todos nós e portanto quero prestar contas, quero gerir bem e vamos fazer isso.-----

----- Felizmente temos encontrado pessoas que estão disponíveis para apostar na mudança e que a têm acompanhado. E no caso concreto daquilo que queremos fazer na Câmara, nós já começámos, tal como aconteceu no passado relativamente ao Gabinete de Atendimento, a ser procurados por outras Câmaras, para verem o que estamos a fazer em termos de organização interna dos serviços. A pressão tem sido muita, mas o objectivo é, num ano, recuperar oito anos e pôr a Câmara a funcionar a um nível extremamente elevado. A verdade é que não temos dinheiro, mas o dinheiro que temos é para partilhar e para fazer com os Senhores Presidentes das Juntas e com o Concelho aquilo que entendemos estratégico e vamos ter de arranjar opções estratégicas, para utilizar o dinheiro que é de todos nós. -----

----- No Plano temos duas ou três coisas, em que a educação foi uma promessa. Queremos ter uma postura diferente. É uma aposta no futuro. Queremos apostar numa escola com qualidade. Queremos levar natação, educação física e complementos para que os jovens cresçam de corpo inteiro. Queremos avançar para uma carta educativa e iremos ter discussões complicadas. Porque a escola com uma sala só não serve, é um modelo ultrapassado e nós vamos ter de encontrar outras soluções.-----

----- Poderia continuar aqui a falar longamente, mas nós vamos ter outras oportunidades para discutir o Concelho e para onde é que vamos levar, se possível todos em conjunto.”-----

----- Não existindo qualquer inscrição para intervir sobre a **Proposta da Câmara Municipal quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Águeda**, relativo ao ano financeiro de dois mil e seis, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, tendo-se verificado que foi

aprovada, por maioria, com um voto contra, doze abstenções e vinte e cinco votos a favor.-----

----- **SEIS . DOIS – Discussão e Aprovação da Proposta da Câmara Municipal quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento** relativo ao ano financeiro de dois mil e seis.-----

----- Relativamente a este Ponto da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções: -----

----- Senhor Membro **JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO**:-----

----- “Quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para dois mil e seis, é fácil de detectar que sessenta e cinco por cento do investimento é também para pagar dívidas e encargos anteriores.-----

----- Eu vim aqui para vos contar uma pequena história que penso que merece a nossa reflexão. Aqui há bem pouco tempo, uma boa empresa do nosso Concelho, que exporta para a Europa e fornece empresas de grande tecnologia, sofreu um susto, porque as peças que fabricava para essas empresas, começaram a chegar defeituosas.-----

----- Foi convidado a vir a esta empresa, um técnico alemão, para procurar saber o que é que se passava. Tendo-se posto o problema que os produtos químicos utilizados fossem a causa do defeito das peças e após a análise da água, verificou-se que realmente o defeito era da água poluída. Essa água que abastecia essa empresa, Fundiven, sita no do Vale do Grou, era captada a cento e trinta e seis metros de profundidade e vinha poluída, com os produtos químicos que algumas fábricas da zona, que já foram aqui várias vezes denunciadas, nomeadamente pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Borralha e outras entidades, lançam a céu aberto e infiltrando-se nos terrenos iam provocar esse malefício.-----

----- Eu falo nesta empresa hoje porque é uma empresa boa e rentável e podia realmente ver suspensos os contratos com outras empresas, e isto porque a água e o saneamento não eram adequados e estavam a prejudicar a sua empresa. Felizmente que hoje vejo que os projectos dos Serviços Municipalizados falam em duas estradas, nomeadamente, a estrada trezentos e trinta e três e a estrada nacional um. -----

----- Eu perguntei onde é que era isso, porque não vem lá a dimensão dos metros.

Sei que na estrada nacional número um é um esforço notável porque é desde o Bicarinho até à antiga Macal. Portanto, vai abranger essa empresa, que entretanto teve que organizar uma central de tratamento de águas para resolver o seu problema, tendo que investir um dinheiro que poderia ter sido investido de outra maneira se a água já lá estivesse e se o saneamento fosse mais acautelado.-----

----- A outra extensão de rede e são só duas significativas, que vem neste Plano, o que também lamento ser pouco, é na estrada trezentos e trinta e três, que é da ponte de Perrães até próximo de Recardães.-----

----- Só vim dar essa informação e chamar a atenção da premência que a Câmara Municipal e todos nós temos que realmente ter, no sentido de levar mais e melhor saneamento, mais e melhor água a todo o Concelho.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “Este Plano é exactamente com as obras que foram pagas no ano anterior, é exactamente o do ano anterior, com a introdução das obras que foram aqui dadas pelo Doutor Silva Pinto.-----

----- Essas obras têm de ser feitas, quase de imediato, que é a estrada nacional número um e a estrada trezentos e trinta e três. A Estradas de Portugal vai pavimentar essas estradas. Se não fizermos agora, só daqui a oito anos é que nos permitem lá entrar.-----

----- Portanto, negociámos o alongamento dos prazos, no sentido de ser possível fazer estas intervenções que são necessárias. Estamos a tentar conciliar isto com a ida ao próximo Quadro Comunitário de Apoio – Quadro de Referência Estratégico Nacional, para compartilhar estas obras, porque é a única forma que entendemos que podemos ter para as fazer neste ano.”-----

----- Não havendo qualquer outra intervenção sobre a **proposta da Câmara Municipal quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento relativo ao ano financeiro de dois mil e seis**, o Senhor Presidente da Mesa colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com doze abstenções, vinte e seis votos a favor.-----

----- **SETE – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na Câmara Municipal**, com as necessárias alterações na estrutura orgânica e no quadro de pessoal.-----

----- Relativamente ao ponto sete da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções: -----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS**:-----

----- “Eu peço desculpa pelo adiantar da hora mas, para as pessoas que não saibam, estamos a fazer duas Assembleias numa. Normalmente, discutia-se o Plano de Actividades em Dezembro, discutiam-se as Contas em Abril, estamos a juntar duas numa.-----

----- E agora vamos aqui discutir sobre o ponto sete, aonde nos é proposta uma integração dos Serviços Municipalizados na estrutura orgânica da Câmara Municipal, que penso de grande importância e faço minhas as palavras dos meus colegas de todos os anos. Estes pontos deviam passar para o início não para o fim. Ouvi tantas vezes o Partido Socialista reclamar isso. Eu penso que se fossem em pontos anteriores, tínhamos uma discussão mais saudável.-----

----- Mas, com o adiantar da hora, também nos permite tentarmos ser mais sintéticos nesta discussão.-----

----- Quanto a esta proposta apresentada pelo Executivo, eu penso que a temos que ver em duas vertentes, temos que discutir duas coisas completamente diferentes, que são o Projecto de Integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na Câmara Municipal e um novo organigrama que a Câmara nos está a apresentar, com uma reformulação do Quadro de Pessoal. Eu penso que são coisas distintas, e penso que a Câmara ao tentar misturá-las, está a inviabilizar duas discussões.-----

----- Falando primeiro sobre o organigrama da Câmara, parece-me a mim que é lógico que a Câmara queira fazer alterações ao organigrama existente. Entendemos e apostamos nessa ideia. Eu acho que quem gere deve adaptar as pedras à sua maneira, para poder gerir como entende e depois pode-se verificar os seus resultados. Quanto a essa matéria não temos nada a opor.-----

----- Sendo certo e fazendo um balanço rápido naquilo que me apercebo no relatório apresentado sobre o organigrama da Câmara, o que é que nos apraz dizer sobre o pessoal? Temos actualmente no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal quinhentos e setenta e um lugares, dos quais duzentos e noventa e sete estão ocupados. Eu posso-me ter enganado num número acima ou abaixo, tive que somar isto com máquina de calcular, se os Serviços do Senhor Presidente nos tivessem feito

os somatórios nas folhas, era muito mais fácil para nós trabalharmos, era muito mais transparente, no final de cada linha nós sabíamos quanto é que tinha cada um dos Serviços. Todas as pessoas analisavam rapidamente, assim tivemos que andar a somar os quinhentos e tal lugares, para cima e para baixo.-----

----- Portanto, em quinhentos e setenta e um lugares que a Câmara Municipal tem disponíveis, estão duzentos e noventa e sete ocupados. A Câmara está-nos a propor aqui neste Organigrama uma extinção de noventa e quatro lugares não ocupados. Começamos logo mal nesta proposta, porque eu li no jornal Região de Águeda o seguinte: “.....*Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, é intolerável o desperdício. Gil Nadais assegura que a integração na Câmara permite maior eficácia e a redução de número de trabalhadores...*” após uma análise: “...o *Autarca refere que a aprovação das propostas permite reforçar o grau de tecnicidade de toda a estrutura orgânica e reduzir o número de trabalhadores em mais de setenta lugares....*”.-----

----- Eu não me acredito que o jornal Região de Águeda tenha feito isto por mal, a proposta é que não é clara, mas quem leu esta notícia no Jornal Região de Águeda, penso que com a integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento reduzem setenta pessoas na Câmara Municipal. Quem se opuser a isto é porque quer despesa. E pasme-se. Não vejo isto desmentido nas edições seguintes, nem sequer pelo próprio Município, que veio tão depressa fazer um comunicado sobre um artigo de opinião publicado nos jornais sobre a admissão de uma pessoa para prestar um determinado tipo de serviço, neste caso, o Senhor Jorge Mendes. -----

----- E pasme-se perante esta atoada nos Serviços Municipais que têm sessenta e um lugares, não vêm dizer que não é nada disso e que é completamente falso.-----

----- Também, nesta proposta do organigrama não conseguimos detectar aonde se vão encaixar as estruturas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, penso que serão diluídas, em diversos serviços. Mas, eu penso que era importante, se as quer diluir, definir os serviços a encaixar, porque nós não temos esse conhecimento e não o vemos escrito em lado nenhum.-----

----- Parece-me que a proposta também está errada, eu leio na parte que nos é dada pelo Município, que diz o seguinte: “...*Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Águeda....*”, muito bem, é um trabalho que tinha que ser apresentado, porque doutra maneira isto não fazia sentido. Eu vejo aqui no artigo

décimo primeiro, um Gabinete de Apoio ao Executivo. No Organigrama eu não encontro cá o Gabinete de Apoio ao Executivo. Mas penso que, no fundo, esta proposta vem ao encontro de tudo aquilo que vamos dizer em relação à integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

----- Penso que é lógico que, efectivamente, o Senhor Presidente altere o Organigrama. Mas penso que esta proposta deveria vir melhor fundamentada, deveria vir também acompanhada de uma análise sobre o número de pessoas que cada sector tem a mais ou a menos, conforme o enunciado pelo Partido Socialista em campanha eleitoral, dizendo sempre que há gente a mais na Câmara. Ainda hoje aqui disseram que andamos a pagar só para ordenados, que não temos dinheiros para investimentos, para enquadrarmos depois melhor as nossas necessidades. Ninguém vai despedir ninguém. É importante é que nós, como já o dissemos nas primeiras reuniões que tivemos no Executivo, pelo Vereador Carlos Almeida, apoiadas pelo Senhor Presidente da Câmara, que depois de se fazer um levantamento e então dizer-nos que em cada sector temos X pessoas a mais. E agora como diz o Senhor Presidente e muito bem, vamos enquadrar estas pessoas no Município porque são válidas, dar-lhes formação e integrá-las noutros serviços. Nada disso aqui está e eu penso que passados seis meses para fazer uma análise nesta matéria, era fundamental.-----

----- Assim, se o Organigrama viesse apresentado em proposta independente eu e o Partido Social Democrata não teria problemas em aprovar a sua proposta, sendo certo que vem junta com o ponto de integração nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e aí a situação é diferente, porque nos é proposto um novo enquadramento, para o qual nós não fechamos portas. Este enquadramento dos Serviços Municipalizados já é um enquadramento muito antigo, já grande parte das Câmaras Municipais foram fazendo alterações, umas por concessões, outras por privatizações, outras por integrações .-----

----- Penso que alguma coisa nesta matéria tem que ser feita. Mas, o que se passa aqui é que a proposta que nos é dada é muito mal elaborada, é feita com base num conjunto de intenções e sem estudos nenhuns a acompanhar. Eu compreendo, o Senhor até por defeito de formação, acredita muito nas intenções, acredita muito na capacidade, e olha menos vezes para os números.-----

----- Mas, é importante para nós, termos estudos que nos ajudem a decidir, porque

quando temos bons estudos, temos um bom diagnóstico e com um bom diagnóstico conseguimos decidir melhor.-----

----- Esta proposta diz-nos no penúltimo parágrafo o seguinte: “...O estudo comparado de custos e benefícios não é imediatamente mensurável....”, e eu digo, se este custo comparado existe que nos apresentem essa proposta para nós podermos analisar, porque ou existe e não nos deram ou pura e simplesmente não existe e se não existe deve ser feito. O Senhor Presidente diz que há ganhos em contabilidade, que há ganhos em informática, que há ganhos em telefones, mas que ganhos são estes? Vamos contabilizar estes ganhos, tudo é contabilizável hoje. Depois, obviamente, no final de um ano de serviço, nós sabemos se o que nós diagnosticamos se deu na prática ou não.-----

----- É preciso não esquecer que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos últimos quatro anos, não aumentou o número de pessoas, salvo erro até diminuíram e não nos podemos esquecer que a sua produtividade aumentou. Penso que nos últimos quatro anos temos mais setenta quilómetros de rede e mantemos a mesma rede com o mesmo número de pessoas.-----

----- O Senhor Presidente numa entrevista que eu vi disse: “... não faz sentido nenhum o Presidente da Câmara estar à frente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento...”, nós também achamos o mesmo, pelo que anteriormente, nos Executivos do Partido Social Democrata, o Presidente da Câmara não acumulava as funções de Presidente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. O Senhor Manuel Castro Azevedo era Presidente da Câmara e o Presidente dos Serviços Municipalizados era o Doutor Pinto Galvão, o Senhor Manuel Castro Azevedo foi Presidente aos Serviços Municipalizados e o Doutor Deniz Ramos era Presidente da Câmara.-----

----- Diz que há um problema de desarticulação entre os operadores. Eu faço uma pergunta: mas então o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados não é o Senhor Presidente da Câmara? E o Senhor Vereador Jorge Almeida? E o Senhor Vereador João Clemente? Então, mas não são eles os três que participam na maioria da Câmara? Então, não são eles os líderes dos dois processos? Então, se há desarticulação cabe aos Conselhos de Administração e aos seus líderes darem instruções para se articularem.-----

----- Portanto, eu admito esses argumentos mas, também, tem que admitir que não

é aí que está o problema concerteza.-----

----- Ainda recentemente tivemos um contrato de prestação de serviços celebrado entre os Serviços Municipalizados e uma entidade. O que é que se vai passar? Esses contratos caducam ou não caducam, no momento da integração? Como é que vai ser proposto o processo de dissolução? Quais são os prazos existentes para isto? Será que foi tida em atenção a questão da notificação dos créditos? Nas empresas isso é importante, têm que ser notificados os créditos para aceitarem ou não oporem-se judicialmente às fusões. Pergunto, se em relação ao nível Serviços Municipalizados – Câmara isto se põe? Não vemos aqui nada escrito sobre essa matéria.-----

----- Parece-me a mim que o que vem é um conjunto de meras intenções e como eu já disse nós não recusamos liminarmente esta questão, agora também não a reduzimos a uma mera integração, dizendo que vai haver benefícios e ganhos e nós não sabemos efectivamente quais são, vamos medi-los.-----

----- Como o Senhor Presidente disse e muito bem, as auditorias não servem só para fiscalizar, servem para apresentarem estudos para os processos. Então, Senhor Presidente, vamos fazer um estudo sobre esta matéria e daqui a seis meses vamos discuti-lo e chegamos às conclusões e alteramos, ou daqui a três meses, porque os estudos fazem-se à velocidade que nós queremos. Porque eu penso que nós temos que ter em conta estas novas realidades, não nos devemos limitar a um processo.-----

----- O Senhor Presidente propõe aqui a integração pura e simples na Câmara Municipal, eu penso que há mais três realidades que devem ser discutidas. Essa é uma hipótese, a segunda hipótese é a concessão dos Serviços Municipalizados; a terceira é a criação de uma estrutura intermunicipal na área da água e saneamento.---

----- O Senhor Presidente participou em reuniões da SIMRIA e sabe que se está a estudar a possibilidade de fazer tarifas transversais a todos os Municípios da SIMRIA. Se estamos a falar de tarifas transversais, quem nos diz a nós que nas novas realidades não poderão haver empresas intermunicipais, também a apostar no mesmo tipo de serviços? Vamos já coarctar essa possibilidade?-----

----- Porque não, na quarta hipótese, empresariação dos serviços, através da criação de uma empresa municipal? Se calhar quando foram criados os Serviços Municipalizados a ideia seria essa, não se conseguiu, mas se calhar, através da empresariação chegamos lá mais depressa. Portanto, o que o Partido Social Democrata pensa é que a proposta é muito vaga, remete a um conjunto de

intenções, mas não tem nenhum estudo que nos possa ajudar a tomar uma decisão.--
 ----- Nesse sentido, sugerimos que esta proposta seja retirado para que se possa fazer esse estudo, e que se tenha em atenção estas quatro possibilidades ou pelo menos que seja dividida também do organigrama, como o Senhor Presidente entender. Uma coisa é certa, a proposta a manter-se como está, nós não temos condições para a votar favoravelmente. Já o fizemos na reunião do Executivo, através dos nossos Vereadores, já o explicaram. Portanto, a proposta a não ser retirada, nós somos obrigados a votar contra, não porque rejeitamos liminarmente o conceito, mas porque não temos nenhum estudo de trabalho feito sobre esta fusão ou integração, com o mínimo de credibilidade, já que o que se nos propõe é meramente um conjunto de intenções sem qualquer sustentabilidade, apresentando desde já uma alternativa, a possibilidade da Câmara executar ou encomendar um estudo que envolva os quatro cenários acima propostos por nós, analisando as possíveis vantagens e desvantagens.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL:** -----

----- “Como já vem sendo hábito hoje, tenho que concordar com o Engenheiro Hilário Santos em muitas das questões que aqui colocou e quero dizer que quanto a mim são boas intervenções e concordo num ponto. É possível que ao lermos esta proposta e a proposta do Organigrama do Quadro do Pessoal, deveriam ser dois pontos diferentes, em termos formais e de debate seria mais correcto. Também concordo que são pouco explícitas as vantagens desta situação. No entanto defendo posição totalmente contrária à sua, no pressuposto que, como disse o colega Professor António Martins, se faltou alguma ambição que foi assumida pelo Senhor Presidente no Plano e Orçamento, estamos aqui perante a primeira medida, realmente ambiciosa, estruturante, e que modifica todo o relacionamento e todas as interligações e permite ao Presidente, de uma vez só, alterar comportamentos, sinergias, colaborações e cooperação dentro do organismo Câmara Municipal de Águeda.-----

----- Com a integração dos elementos dos Serviços Municipalizados que por melhor que tenha sido a intenção da sua criação, como em todos os Municípios, com as suas taxas de execução que ao longo destes anos todos volvidos, realmente os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento não foram felizes em Águeda, porque não têm dimensões para serem felizes. Uma empresa municipal tem que ter uma certa

dimensão para poder ser real. Os constrangimentos que existiam na Câmara e que as empresas municipais não tinham há uns anos, extinguiram-se por alterações legislativas. A partir daí as empresas municipais só são viáveis e rentáveis em grandes dimensões e até agilizam o bloco central, que é a Câmara.-----

----- No caso de Águeda, não há nenhuma empresa que queria tomar conta da rede de Águeda, só se lhe derem o dinheiro, pagarem as despesas e ainda lhes derem os lucros.-----

----- Não tem dimensão, não tem qualidade para isso e já houve conversações e propostas, que podem ser esclarecidas como é que foram e não há hipótese.-----

----- É aqui, no entanto, que eu acho que há a primeira grande opção em termos de mudança e, na minha perspectiva, independentemente de ser do Partido Socialista ou não, é aqui que eu dou a minha confiança ao Executivo. Querem realmente mudar, querem realmente extinguir um serviço que ultimamente não tem sido muito feliz, que é difícil de reformar neste momento, embora logicamente possa ser aperfeiçoado e com a integração desses elementos, irá permitir reformular todo um Organigrama e criar novos funcionamentos internos com um só serviço de contabilidade, com rentabilidade. Não é um Conselho de Administração de três pessoas que organiza quando as coisas têm que funcionar ao nível do Engenheiro, ao nível do operário, ao nível da pessoa que passa na rua que vê lá um buraco e diz que não arranja porque é da responsabilidade da Câmara ou sai água e diz que é dos Serviços Municipalizados e deixa estar a correr, infelizmente existe este comportamento.-----

----- Na dimensão de Águeda, neste momento, é altamente rentável a sua integração, mas mesmo que assim não fosse, seria altamente rentável esta mudança toda, da rentabilização, da criação de novas sinergias e de novos comportamentos.----

----- É isso que me leva a votar favoravelmente esta proposta, é isso que a bancada do Partido Socialista apoia o Executivo nesta primeira proposta.-----

----- Além de que são mais que evidentes os lucros. Se há lucros e se há falta de dinheiro, esse dinheiro irá ser canalizado para outras áreas, portanto, é uma forma de rentabilizar.-----

----- É aqui talvez o único grande ponto do Plano e Orçamento para o próximo ano, a única coisa que eu dou de barato ao Senhor Presidente da Câmara e ao seu Executivo, eles que assumam este processo e que daqui a ano e meio ou dois de

funcionamento estaremos aqui e acho que ninguém se vai queixar desta integração porque eles são obrigados a ser mais eficientes e mais rentáveis.”-----

----- Senhor Membro **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS**:-----

----- “Relativamente a esta questão eu diria que este assunto foi aqui aflorado e debatido durante vários anos. E o Partido Social Democrata sabe que discutiu aqui várias vezes a privatização ou concessão dos Serviços Municipalizados, mas nunca se tomou uma decisão. Às vezes mais vale uma pressuposta má decisão do que decisão nenhuma.-----

----- Mas, estou de acordo que as mudanças são sempre coisas complicadas. A mim não me parece tão liminar esses ganhos viáveis no imediato, embora se começarmos a fazer contas pelas mudanças que se querem introduzir se calhar estaremos de acordo.-----

----- Mas como sabe, também, se por um lado há ganhos de economia de escala, por outro lado há que fazer reenquadramentos de pessoal, porque já é dado adquirido que não se via pôr ninguém na rua.-----

----- Portanto, há reenquadramentos de pessoal a fazer, há requisições de competência e redistribuição de competências para outros sectores da Câmara, há pressupostos ganhos de eficácia que vamos ver no futuro se eles se manifestam ou não. Mas, para que nós possamos julgar à evidência essa situação, eu estou de acordo que estes dados são efectivamente insuficientes.-----

----- Nós, no Centro Democrata Social, estamos de acordo com este princípio, de que quando há muitas ramificações normalmente há desperdícios, quando se fazem canalizações com várias torneiras normalmente há mais fugas do que se houver uma torneira só. Portanto, não estamos a desfavor do princípio de reintegração.-----

----- Nesta fase do campeonato, se eu fosse Presidente da Câmara, retiraria esta proposta, por mais sessenta dias. Daria a oportunidade, quer ao Partido Social Democrata, quer do Centro Democrata Social, quer a outra força qualquer, de lhe propor um modelo que entenda, e, como o Engenheiro Hilário Santos disse não estão também contra a reintegração dos Serviços Municipalizados na Câmara Municipal, poderíamos entre todos dar-lhe algum *feed-back* relativamente à forma de enquadramento que nós pensamos.-----

----- Eu acho, Senhor Presidente, que seria sensato e razoável que o Senhor repensasse retirar, no imediato, esta proposta, Não abdicar dela, porque no genérico

eu penso que daquilo que aqui foi dito estamos todos mais ou menos conscientes que, se calhar, é uma boa medida. Mas, é melhor tomar uma boa medida e essa decisão não deve voltar atrás, mas tomar uma boa medida de uma forma mais coerente, mais clara e mais estrutural, porque os dados que nos deu acreditamos que alguns deles são verdadeiros, mas noutros temos algumas dúvidas em termos de eficácia.”-----

----- Senhor Membro **MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA**:-----

----- “No que diz respeito a este ponto, tenho sérias dúvidas de que o carreamento de documentos que permitam com alguma certeza e seriedade tomar uma decisão nesta matéria, é altamente insipiente. Acho que não há dados nenhuns que nos digam que, efectivamente, vai haver ganhos de produtividade. Os argumentos que são aduzidos são argumentos que comigo não vencem, porque quem gere os Serviços é a Câmara Municipal. Diz-se que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm autonomia financeira, mas quem tem que injectar dinheiro nos Serviços é a Câmara. Se funcionam menos bem ou menos mal, a Câmara tem a hipótese de nomear as pessoas competentes para os fazer gerir bem. -----

----- Por isso não vi, até agora, nada que justificasse esta pressa, que não leva a que efectivamente se retire e que se faça um estudo mais aprofundado, para que depois em consciência todos nós possamos votar, ou então isto é também uma maneira de o próprio Executivo, não tendo grande obra para fazer, como já foi demonstrado, querer mostrar que faz alguma coisa que é mudar coisas relativamente ao que estava. -----

----- Mas sem que demonstre que isso efectivamente traz vantagens para o Município. O Executivo decidiu e se não estiver na sua intenção retirar a proposta para uma melhor fundamentação, naturalmente, que da minha parte terá voto contra e é o que farei se não for sensível ao pedido que lhe foi formulado.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA**:-----

----- “Hoje e com o adiantar da hora, o que eu vou dizer é com alguma coragem, porque embora muita gente o diga, nunca ninguém o disse em público, mas eu vou dizer-lo porque hoje tenho essa possibilidade, perante este organigrama que aqui foi apresentado.-----

----- Este é um problema que nós já temos há muito tempo, pelo que não culpo este Executivo, culpo os anteriores também, porque sempre adiaram a sua resolução.

Toda a gente sabe o que é, pelo que eu não vou mencionar nomes mas é fácil entender este organigrama.-----

----- A proposta é a integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na Câmara Municipal, mas o que é que tem aqui o organigrama? Tem a *Presidência* e depois tem o “*Departamento Planeamento Conceção, Execução e Gestão Urbanística*”.-----

----- Esta Câmara está a ser gerida por quem? Pela Presidência e por este Departamento. Os Vereadores não constam no Organigrama. Portanto é a Presidência e uma pessoa técnica que gerem a Câmara Municipal.-----

----- Toda a gente sabe neste meio ano o que se passou e quem é a autora destas mudanças todas. Há que resolver esta situação de uma vez, tenha a coragem de resolver esse problema, porque já vinha dos outros Executivos que era darem poder de mais a essa pessoa e agora então é que tem o poder todo. Está na altura de o Concelho avançar.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “As decisões desta Câmara são minhas, se no passado não eram, cada um que responda por si. Nesta Câmara mandam os políticos, os Vereadores não estão em nenhum Organigrama, nunca estiveram, nem vão estar, é a Presidência e depois o Quadro Técnico.-----

----- Não é esta Câmara que diz que são os Técnicos que mandam na Câmara, nós assumimos as decisões, eu assumo tudo o que é feito aqui para o bem e para o mal.-----

----- Esta posição do Partido Social democrata é uma posição puramente política. Eu estava à espera que o Partido Social Democrata, que esteve trinta anos à frente da Câmara Municipal, que conhece os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de certeza melhor do que eu, que viesse aqui e dissesse: “*a vossa proposta é má, a saída para isso é esta assim, ou então mantenham tudo, que é melhor....*”, mas não dizem isso, dizem assim: “*Vamos adiar, vamos estudar,...*”. Aquilo que eu esperava do Partido Social Democrata é que viesse dizer: “*nós não concordamos com essa solução, porque achamos que é má...*”, mas não dizem que é má, dizem: “*vamos estudar.....*” porque pode ser boa, e eles sabem que nós apostamos e estamos convencidos que é a melhor solução de momento.-----

----- Eu quero deixar aqui uma coisa clara, eu não estou a dizer que os Serviços

Municipalizados de Água e Saneamento são maus e que a Câmara é que é boa, eu falo na integração, porque eu não posso andar aqui a perder tempo. O Concelho não se compadece com isso. Eu não tenho tempo para andar a gerir uma estrutura chamada Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e uma estrutura chamada Câmara. Eu integro, tenho uma estrutura única e vou gerir de uma vez só, tenho unificação, tenho um controle de qualidade. É isso que eu quero e o Partido Social Democrata sabe que eu tenho tudo preparado para entrar com a certificação de qualidade na Câmara, com esta estrutura que está prevista. Sabe que isto é um atraso naquilo que está previsto para avançar em termos de Concelho.-----

----- Mas, eu fico também muito contente, é que sabem que eu sou capaz de pôr isto a funcionar e como tal querem-no impedir. Eu quero fazer, é uma aposta e eu estou a meter o pescoço na guilhotina mas, isto é uma mudança radical nos Serviços Municipalizados e na Câmara. Eu quero que sejam uns serviços unificados, quero que haja qualidade, quero que haja controle, é isso que é preciso haver, é preciso que haja eficácia e eficiência.-----

----- Nós temos que ter um Concelho que seja eficaz e eficiente. A Câmara tem que ser o exemplo. A minha aposta para este ano é pôr a Câmara a funcionar e vamos discutir ainda quais são os objectivos para os próximos anos.-----

----- Os objectivos do Concelho têm que ser partilhados por todos e é isso que nós queremos fazer, é uma mudança orgânica, é uma forma nova de organizar, é uma nova forma de estar nos serviços autárquicos. Eu entendo e defendo que não se vem para a Câmara por ser um emprego porreiro e que não se faz nada. Estas coisas não podem acontecer, porque é o nosso dinheiro que está em causa e por isso eu quero que as coisas funcionem. E é por isso que vos peço que me deixem pôr a Câmara a funcionar, de acordo com o modelo que eu defendo.-----

----- Há ganhos imediatos no funcionamento, na eficácia de serviço, vocês deixem-me provar se sou capaz ou não, eu e os técnicos cá de dentro.”-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS**:-----

----- “Senhor Presidente, depois da sua resposta retórica, não a vamos contestar. O Senhor continua a dizer que há ganhos. Foram apresentadas duas propostas, pelo Partido Social Democrata e pelo Centro Democrata Social, que separasse as propostas e que as votasse separadamente ou que as retirasse e que se apresentasse um trabalho melhor, porque penso que toda a gente foi unânime nessa

matéria, inclusivamente, o Professor José Vidal do Partido Socialista. O representante do Partido Socialista disse que os estudos eram completamente insuficientes e concretamente o que queremos saber do Senhor Presidente é se vai retirar ou não a proposta, apelando-lhe desde já que, no sentido de colaboração que tem decorrido nesta Assembleia e no sentido de diálogo que tem apregoado, se não quer do Partido Social Democrata porque obviamente não se sentirá muito à vontade, que siga os conselhos do Centro Democrata Social, que siga o Professor José Vidal, que retire a proposta e que nos apresente esses dados daqui a sessenta dias. Se quiser que convoque as pessoas para conversar sobre essa matéria. Penso que o Concelho não fica atrasado nessa matéria e seria uma proposta sensata de sua parte. Se não retirar a proposta o Partido Social Democrata pedirá dois minutos e uma sala para se reunir sobre esta matéria.”-----

----- Senhor Membro **JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL:** -----

----- “Eu só queria pedir desculpa ao Engenheiro Hilário Santos, mas os elogios que lhe fiz e as concordâncias não quer dizer que eu tenha dito alguma coisa do que ele afirmou agora. Eu afirmei que esta era a verdadeira proposta estruturante e a primeira grande aposta da Câmara Municipal, em querer trabalhar, em querer mudar, em querer alterar e que era extremamente favorável a ela, independentemente das razoabilidades ou não das questões que pôs em apresentação de mais ou menos estudos, tal como aqui foi dito. Eu acho que é preferível decidir. Neste caso que a Presidência decide este caminho, a responsabilização é dele, quem tem a coragem de avançar é ele, todos os outros, pelos vistos, até hoje andaram a empurrar para trás e para a frente e os serviços foram baixando, tendo mais dívidas e mais transferências e menos operacionalidade. São evidentes os ganhos de não ter dois serviços, duas contabilidades, dois sistemas de automóveis, etc.”-----

----- Eu disse que é, talvez, a primeira grande proposta de hoje e como tal aquela que eu voto convictamente a favor.”-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- “Gostaria que a proposta fosse votada porque há trabalhos, há formação feita nas pessoas, há muita coisa que teremos que marcar passo, porque estamos convictos que é a melhor solução para a Câmara Municipal e para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Por isso, é que nós trazemos aqui esta proposta e defendemo-la, obviamente, que não faz sentido estarmos a separar as

propostas, porque uma tem tudo a ver com a outra. Eu não preciso de alterar o Organigrama se não for para fazer a integração dos Serviços Municipalizados, porque eu quero uma verdadeira integração. Eu quero que não haja aqui uma Câmara e uns Serviços Municipalizados, está tudo dentro da mesma família, tem todos os mesmos objectivos, é aquilo que eu defendo.-----

----- Em termos de funcionamento do Organigrama, por despacho, posso passar uma pessoa de um lado para o outro, portanto, não preciso dessa alteração.-----

----- Por isso é que as propostas estão agregadas, para mim não fazem sentido estarem separadas.”-----

----- Senhor Membro **MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA:**-----

----- “É para dizer ao Senhor Presidente que não gostei e não gosto que faça juízos de intenção sobre determinadas pessoas. Já se sabe que estamos aqui a tratar de coisas políticas. Eu não estou disposto a assumir que voto, porque não quero que o Senhor Presidente da Câmara faça coisas, eu não vou aceitar. Ele sabe que tenho bom relacionamento com ele, às vezes podemos ser mais rijos, na luta política, mas não lhe admito isso, porque eu quero o melhor para Águeda e quero que os Serviços funcionem da melhor maneira.-----

----- Esses juízos de intenção que é a política, que é para não fazer, não parte da minha pessoa, nunca assim o fiz, nem farei.-----

----- O que eu estou convencido e volto a dizer-lo é que, não havendo um estudo mais apurado pode acontecer que façamos uma experiência e as experiências em política, às vezes são boas outras vezes são más. Mas cá estamos todos nós para, depois, lhes darmos os parabéns ou eventualmente o criticar e dizer-lhe que tínhamos razão.”-----

----- Conforme solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, os trabalhos foram interrompidos por um período de cinco minutos.-----

----- Retomados os trabalhos e não havendo qualquer inscrição para usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa colocou o assunto a votação tendo-se constatado que a Assembleia, por maioria, com seis votos contra, treze abstenções e dezanove votos a favor, deliberou aprovar a proposta de Integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na Câmara Municipal, com as necessárias alterações na estrutura orgânica e no quadro de pessoal.-----

----- Senhor Membro **HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS** –
DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

----- “Senhor Presidente, voto contra porque entendo que a proposta não está bem fundamentada e como não tenho medo de possíveis represálias voto contra esta proposta.”-----

----- Terminado o Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público presente, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

----- Senhor **PAULO PEREIRA:**-----

----- “Como líder da Juventude Popular de Águeda, venho intervir no sentido de manifestar o descontentamento da juventude de Águeda pelo esquecimento, aqui verificado por parte do Executivo Municipal, das promessas que nos foram feitas e que esperamos que sejam cumpridas, devendo ser tomadas medidas sobre esta matéria.”-----

----- Senhor **ANTÓNIO AUGUSTO PIRES DA CONCEIÇÃO**, do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local:-----

----- “Estou hoje aqui como Membro da Direcção Nacional do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, para dizer que estamos de acordo com a proposta de integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na Câmara Municipal, que em tempo oportuno, nos foi proposto em reunião pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e logo aceite por esta organização sindical.-----

----- Os tempos que se aproximam poderiam ser negros para os trabalhadores dos Serviços Municipalizados. E esta solução garante uma maior estabilidade para o futuro.-----

----- A minha intervenção vem também no sentido de reformularem mais uma vez o apoio do STAL à proposta desta Câmara Municipal e do Senhor Presidente.-----

----- Fica também uma proposta para o Executivo, para nos tornar-mos a sentar para, num contexto global, saber o que cada um irá fazer e o quê e para quê e onde irá estar colocado.-----

----- Esta mensagem é do STAL, da Direcção Nacional, agradecendo aqui à Assembleia Municipal a oportunidade que me deram para aqui dizer duas coisas e

para também recordar o seguinte: a água é um bem público e deve ser gerido pelos serviços públicos.”-----

----- Terminada a intervenção do público e lida a Minuta da Acta desta Sessão, o Senhor Presidente da Mesa colocou-a a votação tendo-se constatado que a mesma foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Por último, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada esta Sessão da Assembleia Municipal, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta, que vai ser assinada pelo Presidente e pelo primeiro Secretário da Mesa. -----